

Guerra na Ucrânia desorganiza produção de pequena indústria no Brasil

A guerra na Ucrânia e seus impactos sobre as cadeias de insumos e matérias-primas chegou também às micro e pequenas indústrias. O efeito mais imediato vem do custo do transporte, pressionado pela alta dos combustíveis, e dos derivados de petróleo, no geral, como as resinas.

As micro e pequenas indústrias de São Paulo começaram a recalibrar suas expectativas para os próximos meses, depois de uma melhora no otimismo até meados de fevereiro, diz o presidente do sindicato do setor, Joseph Couri.

“Não só a guerra, ainda têm Covid na China e elevação de juros. Os custos das matérias-primas já vinham altos e com muitos atrasos”, afirma. A taxa básica de juros da economia, a Selic, foi a 11,75% ao ano na reunião mais recente do Copom (Comitê de Política Monetária)

do Banco Central. A elevação dos juros, prevê Couri, vai reduzir e encarecer o crédito para o setor.

No mês passado, segundo pesquisa Datafolha para o Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo), 54% dos empresários do setor avaliavam a situação dos negócios como ótima ou boa. Antes de fevereiro, a última vez em que tantos industriais paulistas disseram estar satisfeitos havia sido registrada em junho de 2014, com 53% de bom ou ótimo.

O efeito da alta dos combustíveis sobre o transporte pesa sobre as empresas a partir de diversas frentes. Uréo Pereira, a gerente de cadeia de suprimentos da Gemü, empresa de origem alemã que produz válvulas, diz que esses custos já subiram 13,5% neste ano.

A empresa tem frota própria para atender parte dos deslocamentos, mas depende de outros transportadores

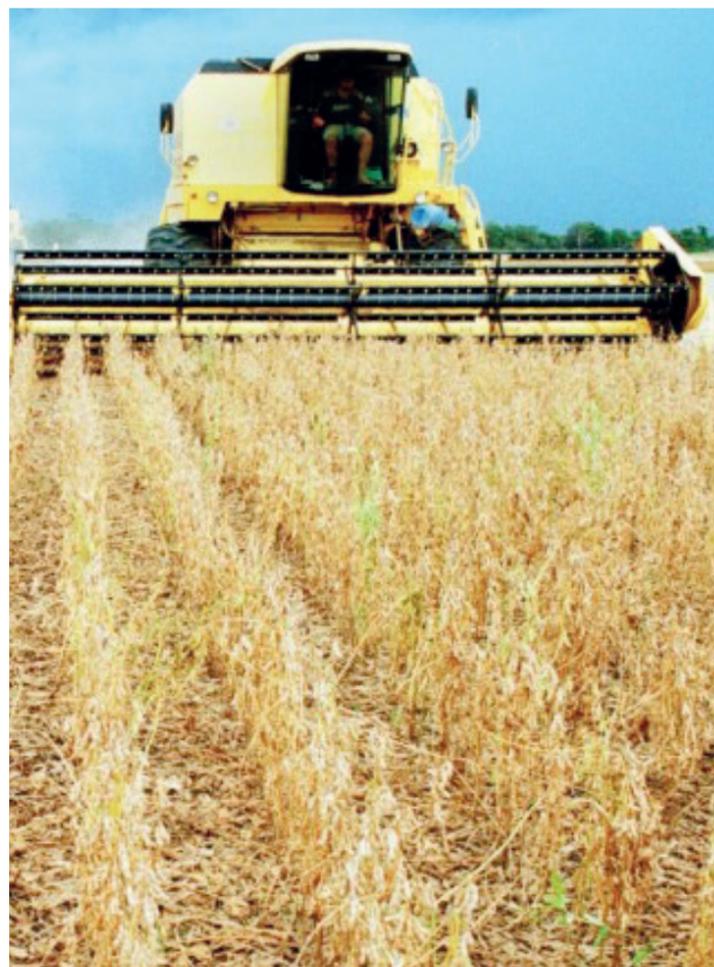
para movimentar mercadoria para acabamento e receber insumos.

Além do baque dos combustíveis, a empresa já se prepara para novos aumentos em peças plásticas, uma vez que as resinas são afetadas pelos preços do petróleo. Desde 2020, os plásticos tiveram alta média de 60%.

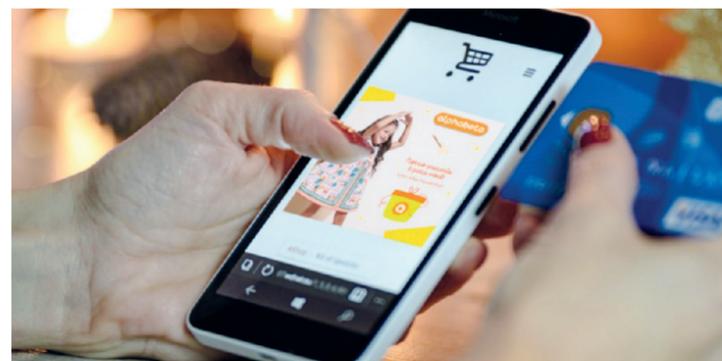
Em outra frente de altas recentes, o ferro gusa subiu 25% em fevereiro. Na indústria como um todo, esse é um material bastante utilizado. Na Gemü, diz Pereira, é usado em quase 100% do que é produzido.

“Tentamos [desde o início da pandemia] segurar o máximo possível o repasse de preços. Trabalhamos em redução de custo, implantamos ferramentas para melhorar processos, mas esse é um ano em que já não dá mais para segurar”, diz.

Fernanda Brigatti/Folhapress



Economia



Maiores de 50 são faixa etária que mais compra na internet, indica pesquisa

Página - 03

Política

Bolsonaro ameaça Judiciário sobre eleições e diz que o bem vencerá

Página - 04

Próximo governador de SP deve escolher 4 dos 7 conselheiros do Tribunal de Contas do estado

Página - 04

Tecnologia

Uber lança serviço de agendamento de viagens no Brasil

Pág - 05

Meta teria financiado campanha de difamação contra o TikTok

Pág - 05

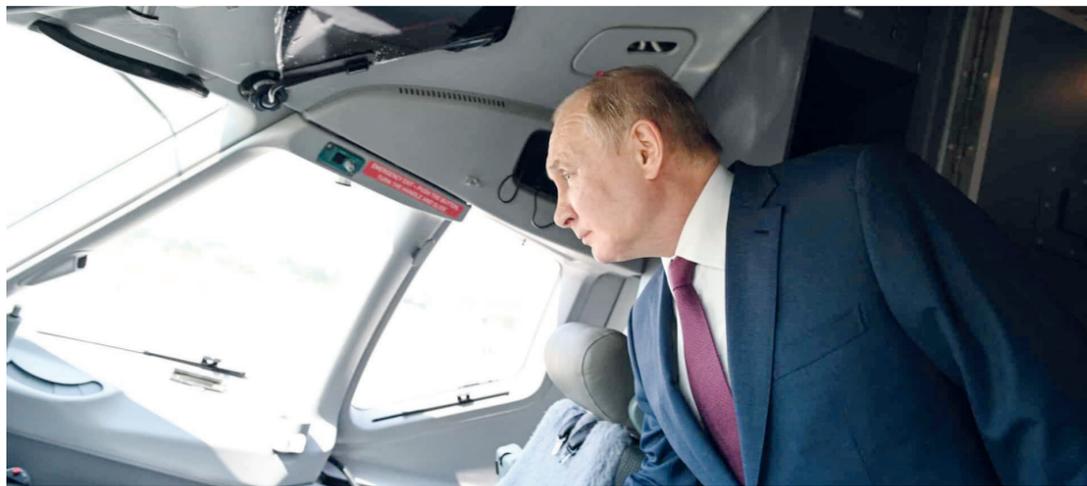
Companhias aéreas se unem para alertar Cade sobre preço de combustível de avião

Página - 03



No Mundo

Avião de Putin tem aparato de guerra, botão nuclear e detalhes de ouro



Quem olhar de fora o avião presidencial de Vladimir Putin poderá perceber que é diferente para um avião comercial comum. Notará que é grande, que falta a marca de uma companhia aérea e que a pintura leva as cores da Rússia e uma bandeira do país.

Trata-se de um Ilyushin IL-96-300 PU, modelo inicialmente projetado para voos comerciais, mas que foi modificado para garantir o transporte de um dos chefes de Estado mais poderosos do mundo.

Hoje, ao que se sabe, tem de assentos de couro ao temido botão nuclear que dispara as poderosas ogivas do Exército russo -além, é claro, de tecnologia de segurança de

ponta.

Apelidada de “Kremlin voador”, a aeronave é equipada para que Putin possa comandar todo o país em pleno voo, mesmo em caso de uma guerra, como a que o país enfrenta na Ucrânia.

A escolha da aeronave de fabricação russa, ela não é produzida em série (como modelos da Boeing, responsável pelo Air Force One, avião do presidente dos Estados Unidos), mas sob demanda. E as letras “PU”, do nome da aeronave, significam que o modelo foi feito com modificações especiais para atender à frota presidencial.

Há uma mensagem diplomática em sua escolha: não só de orgulho de um produto nacional, mas também algum

status de exclusividade, já que, segundo o site especializado CH-Aviation, atualmente há apenas cinco modelos dessa aeronave ativos no mundo -e só um usado para voos comerciais, em Cuba.

O avião fez seu primeiro voo em 1998 e, desde então, o que se tornou um problema para as companhias aéreas virou uma solução para a Força Aérea russa.

O fato de o IL-96 ter quatro turbinas faz com que seu custo com manutenção e combustível seja muito maior. Por outro lado, garante não só maior autonomia, como mais segurança (seria possível pousá-la, de forma emergencial, inclusive com apenas um dos motores funcionando).

Prefeito de Tchernihiv acusa Rússia de ‘ataques colossais’ depois de prometer redução

O prefeito de Tchernihiv, Vladislav Atrochenko, acusou a Rússia nesta terça-feira (30) de fazer exatamente o contrário do que prometeu. Em vez da “redução drástica” anunciada após a rodada de negociações na Turquia, Moscou teria intensificado os ataques contra a cidade no norte da Ucrânia.

“Hoje temos um ataque colossal no centro de Tchernihiv. Vinte e cinco pessoas foram feridas e agora estão em hospitais. São todos civis”, disse Atrochenko durante entrevista à CNN americana. “Então, sempre que a Rússia diz algo, isso precisa ser verificado com cuidado.”

Falando ao vivo a par-

tir de um local destruído por ataques russos, o prefeito teve a entrevista interrompida por sons de novas explosões. Questionado se estava se sentindo seguro para continuar a entrevista, Atrochenko disse que ninguém estava seguro em Tchernihiv.

O prefeito afirmou que a Rússia deixou de fazer ataques de alta precisão contra alvos estratégicos e agora atira às cegas e atinge alvos civis. Segundo ele, também houve ataques contra Nijin que destruíram “bibliotecas, shopping centers e muitos edifícios residenciais”, enquanto em Tchernihiv não há “eletricidade, água, aquecimento e gás.”

Folhapress



Pandemia abalou confiança no governo de países democráticos, diz pesquisa



Num levantamento realizado em 27 países pela agência global de comunicação Edelman, a confiança no governo como instituição caiu em 17 deles. Uma queda que se percebe, “de forma acentuada, nos países democráticos”, segundo a gerente geral da empresa no Brasil, Ana Julião.

No Brasil, a queda foi de cinco pontos, da pesquisa divulgada no ano passado para a deste ano. Dos entrevistados, 34% agora dizem confiar no governo. Nos EUA, a queda foi de três pontos, para 39%. Na

Alemanha, de 12, para 47%.

Na outra ponta, a China registrou um aumento de nove pontos, para 91% de confiança no governo. E nos Emirados Árabes Unidos, subindo sete, chegou a 87%.

No Brasil, diz Julião, “a confiança na instituição governo vem sendo quebrada, de forma bastante significativa, ao longo dos últimos anos, sobretudo em relação à pandemia”.

De maneira geral, quando a Covid-19 chegou, “depositou-se mais confiança de que os governos ocupariam esse lugar, de prover o bem-estar e a segurança,

e os governos falharam”.

Citando democracias como Holanda e Canadá, acrescenta que “tiveram queda bastante significativa em função também da polarização, do fato de metade do país acreditar no governo que está ocupando a liderança e metade não acreditar”.

A pesquisa foi realizada em novembro de 2021. Questionada sobre o eventual impacto da guerra na Ucrânia, a executiva diz esperar que abale ainda mais os níveis de confiança, “por conta da vulnerabilidade, como vai afetar a economia, a política”.

Nelson de Sá/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

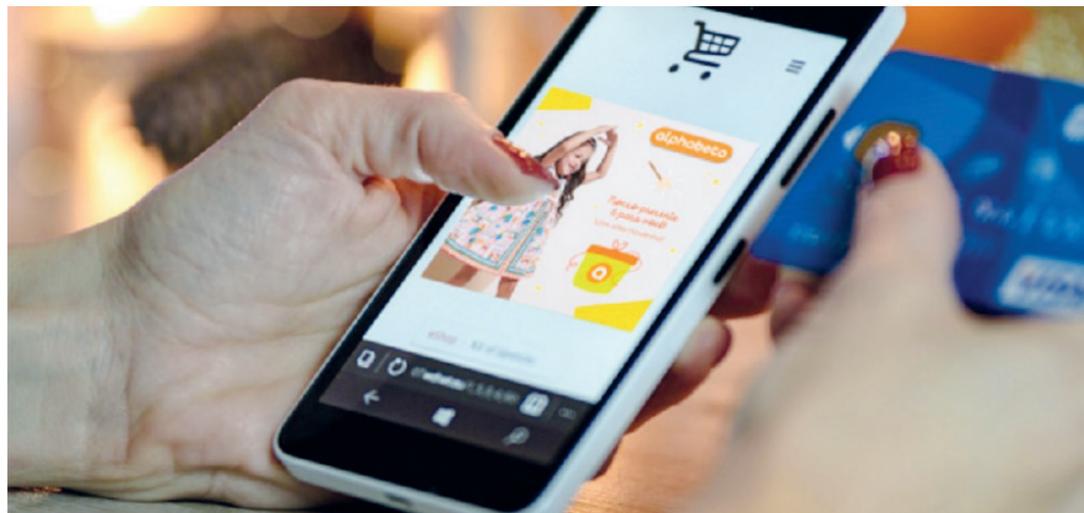
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Maiores de 50 são faixa etária que mais compra na internet, indica pesquisa



A lista de compras de Marlene Porto, 62 anos, se manteve cheia nos últimos meses. Com uma casa recém-construída em Torres (RS), a aposentada aproveitou boa parte das suas economias para equipar o novo lar. Comprou desde tintas e maçanetas até eletroportáteis e eletrodomésticos -quase tudo online. “Eu acho muito mais confortável comprar tudo do meu celular”, diz Marlene. “Mesmo porque, em boa parte dos casos, a loja física não tem o produto, precisa encomendar no site da empresa. E se você pergunta detalhes para o vendedor, ele também não sabe, vai consultar o manual pela internet. Tudo isso eu posso fazer de casa”, afirma a aposentada, que também está bem mais confiante em realizar trocas pela internet.

“Comprei uma torradeira que não gostei e pedi o dinheiro de volta. Também tive problemas com um cooktop, que sempre chegava com a

embalagem avariada. Tive que pedir a troca do produto por três vezes e fui atendida”.

O exemplo de Marlene Porto ilustra o poder de compra do público com mais de 50 anos na internet. Segundo dados exclusivos da pesquisa Webshoppers, da consultoria NielsenIQ|e-bit, para a Folha, a faixa dos 50+ foi a única que cresceu entre os consumidores do comércio eletrônico no ano passado.

Quem tem 50 anos ou mais respondeu por 33,9% dos pedidos online em 2021: foi a primeira vez que essa faixa etária ultrapassou a dos adultos de 35 a 49 anos (33,2%), historicamente o maior público que compra pela internet, segundo a pesquisa da NielsenIQ|e-bit, realizada desde 2001.

Segundo o diretor de e-commerce da NielsenIQ|e-bit, Marcelo Osanai, entre os motivos que justificam a maior presença deste público está a tentativa de se proteger da contaminação pelo novo

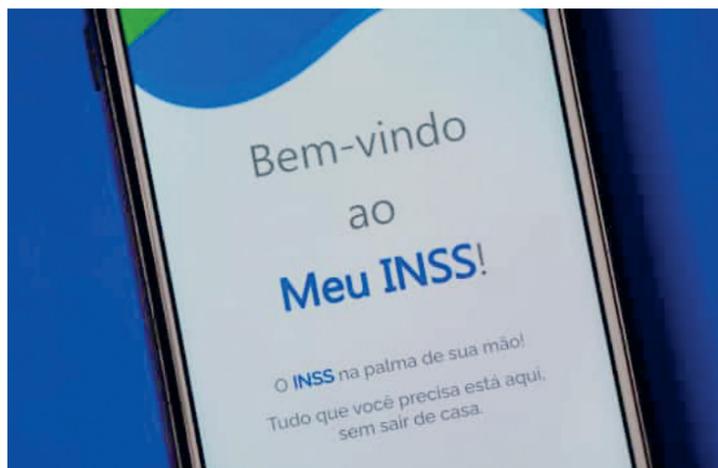
coronavírus, acompanhada de uma menor “cisma” com o comércio eletrônico. “Este consumidor mais maduro está cada vez mais aberto a usar a tecnologia e os sites também estão mais intuitivos, o que facilita a navegação”, diz.

As categorias em que os consumidores mais velhos mais se destacam são Construção e Ferramentas (51% das compras do segmento foram feitas por quem tem mais de 50 anos), Saúde (43%) e Eletrodomésticos (42%).

O comércio eletrônico como um todo movimentou R\$ 182,7 bilhões no ano passado, um crescimento de 27% sobre os R\$ 143,6 bilhões de 2020, segundo a pesquisa. No ano passado, a NielsenIQ|e-bit havia informado que as vendas de 2020 somaram R\$ 87,4 bilhões, mas a consultoria revisou os dados para incluir o Mercado Livre, a maior varejista da web brasileira.

Daniele Madureira/Folhapress

Em dia de greve, Meu INSS fica fora do ar e dificulta reagendamento



O site e o aplicativo Meu INSS estavam fora do ar na manhã desta quarta-feira (30), dia em que teve início a greve de médicos peritos. Com o serviço digital paralisado, segurados reclamam que não conseguem reagendar perícias e outros procedimentos presenciais.

Além dos médicos, servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) estão em greve desde a semana passada, na chamada Operação Apagão. Ambas as categorias reivindicam reajuste de 19,9% no salário para repor a inflação acumulada desde 2019, dentre outras pautas.

Companhias aéreas se unem para alertar Cade sobre preço de combustível de avião

As companhias aéreas embarcaram na pressão do Cade para elevar o escrutínio sobre a Petrobras no momento de alta da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

Abear, Iata e Jurcaib, associações que representam empresas aéreas domésticas e internacionais, elaboraram um pedido à autarquia para que o tema do querosene de aviação seja incluído e detalhado no âmbito do inquérito administrativo do Cade que apura possíveis abusos da estatal no mercado de combustíveis.

O aumento do preço do combustível dos aviões tem sido tratado no setor aéreo

como uma dor de cabeça muito preocupante porque tem potencial de elevar o valor das passagens a um nível capaz de inibir o consumo e provocar um corte na oferta de voos.

E isso acontece no momento em que o setor ainda não tinha conseguido se reerguer do baque sofrido na pandemia.

A avaliação é que há um monopólio de fato na produção e na importação do querosene de aviação pela Petrobras com a infraestrutura de refino e movimentação de petróleo e derivados, além de participação dominante na importação dos principais derivados.

Joana Cunha/Folhapress



Em testes realizados pela Folha nesta quarta em diversos dispositivos, pelo site e pelo aplicativo, o acesso ao Meu INSS travou logo após o login. Advogados que atuam em processos previdenciários relatam que o serviço está com problemas desde a segunda-feira.

Questionados sobre os motivos do problema e o que o segurado deve fazer, INSS e Ministério do Trabalho e da Previdência não haviam respondido até as 12h desta quarta.

Nesta manhã havia relatos de paralisação dos peritos nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Ser-

gipe. Já a paralisação dos servidores do INSS, segundo a Fenaps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), alcançou 23 estados e o Distrito Federal.

Mesmo com a greve, alguns profissionais não aderiram e seguem atendendo normalmente. Por isso, Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), orienta que o segurado compareça à agência no dia e hora agendados, para não correr o risco de perder o benefício.

Filipe Andretta/Folhapress

Política

Bolsonaro ameaça Judiciário sobre eleições e diz que o bem vencerá



Durante discurso nesta quarta-feira (30), o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a ameaçar o Judiciário sobre o resultado das eleições de 2022.

Ele disse que os votos das eleições serão contados, sem explicar como, já que o voto em papel foi derrubado pelo Congresso, e fez críticas indiretas a ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

“Podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos”, disse, em referência a Luís Roberto Barroso, ex-presidente do TSE, Edson Fachin, o atual, e Alexandre de Moraes, que será presidente nas eleições.

“Defendemos a democracia, a liberdade e tudo faremos até com sacrifício da nossa vida para que esses direitos sejam relevantes e cumpridos

pelo nosso país”, afirmou Bolsonaro, que aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, bem atrás do ex-presidente Lula (PT).

A fala do presidente foi proferida durante discurso em evento na cidade de Parnamirim, na região metropolitana de Natal (RN). A viagem do presidente ao Rio Grande do Norte teve ‘comício’, oração, motociata e cavalgada.

Bolsonaro voltou a adotar o tom de que a disputa eleitoral de 2022 será um pleito “do bem contra o mal”.

“Cada vez mais a população entende quem está do lado do bem e quem está do lado do mal. Não é de esquerda contra direita, é de bem contra o mal. E o bem sempre venceu. E o bem vencerá. O bem está ao lado da maioria da população brasileira”.

No discurso desta quarta-feira, Bolsonaro ainda afirmou que “pouquíssimas pessoas podem

muito em Brasília, mas nenhuma delas pode tudo”.

Na véspera do dia 31 de março, em que serão completados 58 anos do golpe militar de 1964, o presidente fez aceno aos militares. “Nós, militares, lá atrás juramos dar a nossa vida pela pátria e todos nós agora daremos a nossa vida pela nossa liberdade”.

Os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral são uma rotina em seu governo. No passado, por exemplo, afirmou diversas vezes sem apresentar provas que havia vencido as eleições de 2018 no primeiro turno.

A crise institucional de 2021, patrocinada por Bolsonaro, teve início quando o presidente disse que as eleições de 2022 somente seriam realizadas com a implementação do sistema do voto impresso -apesar de essa proposta já ter sido derrubada pela Câmara.

José Matheus Santos e Aura Mazda/Folhapress

Grupo do PSOL defende ruptura com Lula e Rede e diz que petista é dose mínima de veneno



Um grupo de militantes do PSOL lançou documento em que critica a direção do partido por sinalizar apoio à chapa presidencial composta por Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) e por negociar a criação de uma federação com a Rede.

A carta já conta com mais de 600 assinaturas, de figuras como os ex-deputados Babá (fundador do PSOL) e Milton Temer e o professor aposentado da Unicamp Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

O texto diz que o partido “não tem vocação para ser puxadinho do PT e, menos ainda, do Banco Itaú [referência ao apoio da família Setúbal à Rede]” e que as eleições de

Próximo governador de SP deve escolher 4 dos 7 conselheiros do Tribunal de Contas do estado

Dos sete conselheiros que compõem o TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), quatro se aposentarão nos próximos quatro anos, já que chegarão aos 75 anos.

Dessa forma, o próximo governador do estado provavelmente fará escolhas que influenciarão por décadas um dos principais órgãos das políticas públicas paulistas, responsável, por exemplo, por aprovar ou reprovar contas dos gestores e por, após análises técnicas, suspender ou liberar licitações e obras no estado.

O TCE-SP é a maior corte estadual de contas do Brasil, que tem sob sua jurisdição 644 prefeituras e a administração direta e indireta do governo do estado. A capital tem sua própria corte, o TCM (Tribunal de Contas do Município).

Nascido em setembro de 1948, o conselheiro Ed-

gard Rodrigues deixará a Corte em 2023. Robson Marinho (janeiro), Roque Citadini (setembro) e Sidney Beraldo (novembro), de 1950, sairão em 2025.

As vagas de Marinho e Citadini serão preenchidas a partir de uma escolha direta do governador, e as de Rodrigues e Beraldo, por indicação da Assembleia Legislativa de São Paulo, segundo as regras de revezamento estabelecidas pela Constituição do estado.

Tradicionalmente, no entanto, o governador tem forte poder de influência na decisão da própria Alesp. Em 2012, por exemplo, ainda que grupos de parlamentares tivessem preferência por outros nomes, o então governador Geraldo Alckmin (PSB) articulou junto à sua base no Legislativo para que Dimas Ramalho, então deputado federal, fosse o escolhido.

Fábio Zanini/Folhapress



2022 colocam o eleitor diante de “alternativas tacanhas”: escolher entre a dose máxima, Jair Bolsonaro (PL), e a dose mínima de veneno, Lula.

O texto diz que Lula “está comprometido até a alma com a estabilização de uma República Nova, rigorosamente neoliberal, que se pretende construir dos escombros da Nova República” e “governará com seus algozes e acatará docilmente as novas regras do jogo”.

“A estratégia de impostura à esquerda e usurpação à direita, que fez o PT ocupar praticamente todos os espectros do circuito político, transformou Lula no alfa e ômega da política brasileira -o político-síntese do em-

buste que encarna todas as contradições do sistema político brasileiro”, completa.

A carta, intitulada “PSOL na encruzilhada”, pede a suspensão de qualquer tratativa, formal ou informal, com a candidatura Lula e com os dirigentes da Rede “ou qualquer outro partido burguês” e início de negociações com partidos como PCB, UP e PSTU “para a formação de uma frente de esquerda declaradamente contra a ordem”.

Ela também sugere o debate sobre o lançamento de uma candidatura própria à Presidência, encabeçada pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

Fábio Zanini/Folhapress

Uber lança serviço de agendamento de viagens no Brasil



A Uber lançou o Reserve no Brasil, serviço de agendamento de viagens da plataforma que surge como opção para os usuários interessados em se programar com antecedência. A novidade, anunciada nesta quarta-feira (30), estreia com um grupo selecionado de clientes do app na cidade de Curitiba (PR).

Nesta nova modalidade, é possível reservar uma viagem com até 30 dias de antecedência, permitindo ao usuário se organizar melhor. Segundo a companhia, ela é indicada para os momentos de “maior previsibilidade”, como a ida a uma reunião importante, uma consulta médica ou o deslocamento para o aeroporto.

O valor da viagem no Uber

Reserve pode ser verificado pelo passageiro no momento da solicitação, assim como acontece nas outras opções dentro do aplicativo. O cálculo inclui o preço da categoria, acrescido de uma taxa de reserva, com o valor adicional sendo repassado aos motoristas que realizarem o serviço, de acordo com a empresa.

“Estamos muito animados em trazer o Reserve para o Brasil, começando por Curitiba. O nosso objetivo é continuar trazendo sempre mais tecnologia e inovação para os usuários brasileiros com produtos que oferecem opções mais personalizadas para as necessidades de cada um”, declarou a diretora-geral da Uber no país Silvia Penna.

Benefícios para os motoristas:

Além dos passageiros, que podem se planejar para futuros compromissos importantes, o agendamento de viagens da Uber também traz benefícios para os motoristas parceiros. Conforme a executiva, a nova modalidade ajuda os trabalhadores a selecionarem as oportunidades que melhor se encaixem na sua rotina.

Os motoristas do app não são obrigados a aceitar as viagens agendadas oferecidas por meio da plataforma, como explicou Penna. No entanto, eles terão direito à taxa extra oferecida pelo serviço se aceitarem a reserva, bastando comparecer ao local informado pelo passageiro no dia e horário marcados.

André Luiz Dias Gonçalves/TecMundo

Meta teria financiado campanha de difamação contra o TikTok

De acordo com informações do Washington Post, a Meta (empresa controladora do Facebook) está pagando a empresa de consultoria republicana Targeted Victory para orquestrar uma campanha de difamação contra o TikTok. As estratégias incluem publicação de artigos de opinião e cartas ao editor de mídias locais contando histórias duvidosas para apresentar o TikTok como uma ameaça aos jovens.

Um diretor da empresa de consultoria, que manteve seu nome anônimo, contou ao jornal que a campanha deveria passar a seguinte mensagem: “embora a Meta seja o saco de pancadas atual, o TikTok é a ameaça real, especialmente como um aplicativo de propriedade estran-

geira que é o número 1 no compartilhamento de dados que os jovens estão usando”.

A Targeted Victory chegou a pedir aos parceiros que enviassem para a mídia tendências perigosas entre os adolescentes para demonstrar os danos do aplicativo. Um porta-voz da rede social de vídeos afirmou que a empresa está preocupada com o aumento das notícias sobre “supostas tendências que não foram encontradas na plataforma”.

O Diretor de Comunicações da Meta, Andy Stone, defendeu a campanha dizendo o seguinte: “acreditamos que todas as plataformas, incluindo o TikTok, devem enfrentar um nível de escrutínio consistente com seu crescente sucesso”.

Iraci Falavina/TecMundo



Telegram assina acordo com TSE e se compromete a combater fake news



Os representantes brasileiros do Telegram assinaram, na última sexta-feira (25), a adesão ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com isso, o mensageiro se comprometeu a combater fake news eleitorais que colocam sob suspeita as urnas eletrônicas, por exemplo.

A plataforma, que havia recebido um convite do TSE para participar da iniciativa, se juntou ao Facebook, Google, Facebook, Instagram, WhatsApp e Pinterest. A assinatura marcou mais uma mudança na forma com que o app lida com o Brasil, já que há 10 dias o ministro Alexandre de Moraes chegou a determinar o bloqueio do software por causa da falta de respostas dos dirigentes à Justiça brasileira.

De acordo com o TSE, o termo de adesão não implica em compromissos financeiros e nem transferências de recursos por parte do Telegram. Além disso, a plataforma terá que manter sigilo sobre as informações que tiver acesso no âmbito do TSE.

O Programa:

Criado em 2019, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação tem o objetivo de “garantir que o processo eleitoral transcorra de forma legítima e democrática”. Além dos aplicativos de mensagem e empresas de comunicação, também assinaram o acordo entidades como a Câmara dos Deputados, Senado Federal, agências de checagem de informações e partidos políticos.

O documento que oficializa a iniciativa define desinformação como “qualquer informação ou conteúdo – in-

dependentemente do formato, meio de apresentação ou canal de veiculação, seja em texto, áudio, vídeo, notícia ou publicação em rede social – identificado como falso, equivocado, enganoso, impreciso, manipulado, fabricado, fraudulento, ilícito ou odioso”.

Além disso, o texto pontua que serão combatidas comunicações de fatos que estão fora de texto, manipulados, editados e apresentados de forma maliciosa.

O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação mira as fake news contra o TSE, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e demais órgãos da Justiça Eleitoral, magistrados, servidores, colaboradores, mesários e outras pessoas envolvidas no processo eleitoral.

Carlos Palmeira/TecMundo

Publicidade Legal

Benner Sistemas S.A.

CNPJ/ME nº 02.288.055/0004-17

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **08 de abril de 2022**, às 16h00min, na sede social da empresa na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1681, 4º andar, sala 41-B, na cidade de São Paulo-SP, ou poderão participar via videoconferência, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Reeleição do conselho de administração e (II) Demais assuntos. São Paulo/SP, 29 de março de 2022. **A Diretoria.**

(29, 30 e 31/03/2022)

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022

Allied Tecnologia S.A. (“Allied” ou “Companhia”), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e dos artigos 3º e 5º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia” ou “AGOE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29/04/2022, às 14h30, sob forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da ICVM 481/09, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; 1.2. O relatório da administração e as contas dos administradores relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; 1.3. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; 1.4. A fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia; 1.5. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 1.6. A definição se os candidatos para o cargo de membros do Conselho de Administração são independentes; e 1.7. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Ratificar a alteração do jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia; 2.2. A alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; 2.3. A alteração do Parágrafo Segundo do Artigo 46 do Estatuto Social da Companhia; 2.4. A Consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão das deliberações anteriores; 2.5. A ratificação da nomeação e contratação, pela Companhia, da B4A Serviços Contábeis S/S, na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Brused Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda. (“Incorporada” e “Laudo de Avaliação Contábil”, respectivamente); 2.6. A aprovação do Laudo de Avaliação Contábil; 2.7. O exame e apreciação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Incorporada pela Companhia; 2.8. A aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada e a versão do seu acervo líquido para a Companhia; e 2.9. A autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. As propostas de deliberação descritas nos itens 2.6 a 2.9 para assembleia geral extraordinária acima são negócios jurídicos totalmente interdependentes e vinculados, sendo que nenhuma será considerada aprovada, válida e eficaz individualmente a menos que as demais dessas deliberações da AGE também sejam aprovadas, válidas e eficazes. Dessa forma, as matérias constantes nos itens 2.6 a 2.9 da ordem do dia deste Edital de Convocação serão deliberadas como uma única matéria. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração (“Proposta”) contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância (“Boletim”), e todos os demais documentos previstos na ICVM 481/09 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM nº 481/09. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela ICVM 481/09, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) **via Boletim**, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e (b) **via Plataforma Digital V-Casting (“Plataforma Digital”)**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da ICVM 481/09, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **27/04/2022**, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) **quando pessoa física:** documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) **quando pessoa jurídica:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) **quando fundo de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 5º, § 3º da ICVM 481/09. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através da plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001. Os boletins de voto a distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Voto Múltiplo:** Considerando o item 1.6 da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária indicada acima, para os efeitos do artigo 141 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 165, de 11/12/1991, conforme alterada, bem como o artigo 4º, inciso I da ICVM 481/09, o percentual mínimo do capital volante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros para compor o Conselho de Administração é de 5%. Jundiaí/SP, 30/03/2022.

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin
Presidente do Conselho de Administração

(30, 31/03 e 01/04/2022)

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08.03.2022.

Aos 08.03.2022, às 18hrs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.709.273,20 (três milhões, novecentos e nove mil, duzentos e setenta e três reais e vinte centavos), por meio da emissão de 37.092.732 (trinta e sete milhões, noventa e duas mil, setecentas e trinta e duas) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 37.000.000 (trinta e sete milhões) são ações ordinárias; e (b) 92.732 (noventa e duas mil, setecentas e trinta e duas) são ações preferenciais Classe A. (II) Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 196.633.052,60 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e trinta e três mil e cinquenta e dois reais e sessenta centavos) para R\$ 200.342.325,80 (duzentos milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), dividido em 2.023.423.258 (duas bilhões, vinte e três milhões, quatrocentas e vinte e três mil, duzentas e cinquenta e oito) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.018.364.700 (duas bilhões, dezoito milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias; e (b) 5.058.558 (cinco milhões, cinquenta e oito mil, quinhentas e cinquenta e oito) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, pelos acionistas Evenrock II RE Fund LP e Nessim Daniel Sarfati, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUICESP nº 137.275/22-5 em 17/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/02/2022

Data: 18 de fevereiro de 2022; **Hora:** 10h00min; **Local:** sede social da Companhia, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Av. João Batista Nunes nº 50, Sala 02, Quadra G1 B1, Parte A, Gleba 1 B, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-162. **Publicações:** dispensadas nos termos do Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Presenças:** acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presenças. **Mesa Diretora:** André Neris de Souza - Presidente e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa - Secretário. **Ordem do Dia:** 1) Deliberação e votação a respeito da proposta de capitalização do valor de R\$ 2.583.750,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta reais) na filial da Companhia localizada na Cidade de Plantation, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, em 1.200 South Pine Island Road, Zip Code 33324. **Deliberação tomada por unanimidade:** (conforme ordem do dia): 1) A acionista deliberou sobre e aprovou a proposta de capitalização do valor R\$ 2.583.750,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta reais) na filial da Companhia localizada na Cidade de Plantation, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, em 1.200 South Pine Road, Zip Code 33324, sendo que tal valor foi totalmente integralizado pela Companhia mediante a utilização do produto da conversão da remessa de R\$ 2.583.750,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta reais), negociados em 17/02/2022 com o Banco Itaú e que, convertidos à taxa de R\$ 5,1675 (cinco vírgula um seis sete cinco reais) para cada dólar norte-americano, resultaram no valor total de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos). Tendo em vista tal capitalização, o Parágrafo 1º do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar da seguinte forma: “Artigo 2º - (...) Parágrafo 1º - A Companhia mantém as seguintes filiais: (i) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, no Condomínio Techno Park, CEP 13069-301, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (ii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Papa João Paulo II nº 4, Galpões 2, 4 e 5, Jardim Santa Izabel, CEP 13185-252, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (iii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Presbítero Plínio Alves de Souza nº 57, Bairro Medeiros, CEP 13200-970, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (iv) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 01, Bairro Alto Alegre 1, CEP 61.922-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (v) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Roberto Pinto Sobrinho nº 350, Galpões 1 a 6, Vila Menck, CEP 06268-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (vi) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 02, Bairro Alto Alegre 1, CEP 61.922-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (vii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, Sala 04, Condomínio Techno Park, CEP 13069-301, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (viii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Rua do Tecelão nos. 339 a 359, Anexo 2, Bairro Jardim Werner Piaas, CEP 13478-721, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (ix) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rua Castelo nº 165, Remanescente da Gleba C5, CEP 13177-483, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (x) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Coronel Phidias nº 513, Pavuna, CEP 21535-510, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (xi) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Rua Sebastião Cardoso s/n, Parque Brasil 500, CEP 13141-005, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (xii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Av. Beirute nº 863, Loteamento Multivias II, Jardim Ermida 1, CEP 13212-215, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (xiii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Av. João Batista Nunes nº 50, Quadra G1 1 B, denominada “Remanescente A-2” da Parte A da Gleba 1 B, Distrito Industrial, CEP 13288-168, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (xiv) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Plantation, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, em 1.200 South Pine Island Road, ZIP Code 33324, com capital em separado de R\$ 2.583.750,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais) para fins fiscais; (xv) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Papa João Paulo II nº 06, Lote 2B, Quadra Gleba Única, Jardim Santa Izabel, CEP 13185-252, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; (xvi) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rua São Marcos S/N, Sítio Fazenda Quilombo, CEP 13177-479, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais; e (xvii) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua Bento de Souza Borges nº 21, Vila Menck, CEP 06276-016, com capital em separado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para fins fiscais.” Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos e determinou a lavratura da presente Ata, que foi lida e achada conforme, sendo aprovada e assinada por todos os presentes. (Ass.) Presidente: André Neris de Souza; Secretário: Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa; Acionista: Ascenty Holding Brasil S.A., neste ato representada por Gabriel Nascimento Pinto. Certificamos que a presente Ata é cópia fiel da lavrada em Livro próprio da Companhia. Vinhedo - SP, 18 de fevereiro de 2022. **André Neris de Souza** – Presidente; **Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa** – Secretário; **Gabriel Nascimento Pinto** – Diretor Presidente. JUICESP nº 144.882/22-0 em 17/03/22. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5132	Peso (Chile) - 0,006025
Dólar (EUA) - 4,7497	Peso (México) - 0,2394
Franco (Suíça) - 5,1454	Peso (Uruguai) - 0,1152
Iene (Japão) - 0,03895	Yuan (China) - 0,7483
Libra (Inglaterra) - 6,2459	Rublo (Rússia) - 0,05654
Peso (Argentina) - 0,04282	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3026

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,7491 / R\$ 4,7497 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,7830 / R\$ 4,7850 *

Turismo - R\$ 4,777 / R\$

4,940

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 0,58%

OURO BM&F

R\$ 294,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,20%

Pontos: 120.260

Volume financeiro: R\$

26,192 bilhões

Maiores altas: Banco Pan

PN (5,68%), Yduqs Part

ON (3,45%), Minerva

ON (2,82%)

Maiores baixas: Quali-

corp ON (-5,99%), Grupo

Natura ON (-4,56%),

Azul PN (-4,26%)

S&P 500 (Nova York):

-0,63%

Dow Jones (Nova York):

-0,19%

Nasdaq (Nova York):

-1,21%

CAC 40 (Paris): -0,74%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,45%

Financial 100 (Londres):

0,55%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,80%

Hang Seng (Hong Kong):

1,39%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,96%

CSI 300 (Xangai e Shen-

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Neovia Telecomunicações S.A.

CNPJ/ME nº 04.612.069/0001-27 – NIRE 35.300.186.885

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Neovia Telecomunicações S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2022, iniciando-se às 11h na Assembleia Geral Ordinária e na sequência a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na modalidade **semipresencial**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), sendo realizada **presencialmente** na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 218, 3º andar, cj. 309, Vila Olímpia, CEP 04552-050, com possibilidade de participação remota através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia ("AGOE"): **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar e discutir o Relatório da Administração sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Balanço Patrimonial e os Demonstrativos de Resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; (ii) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, se existentes; e (iii) Eleger os membros da Diretoria da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar o Plano de Negócios da Companhia para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Aprovar a contratação de prestador de serviços para realização da auditoria contábil independente, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iv) Consignar a homologação pela Diretoria da Companhia, em 08 de julho de 2021, do aumento do capital social da Companhia, decorrente das deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 14 de maio de 2021; (v) Alterar a redação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o capital social atual; (vi) Aprovar o aumento de capital social, em moeda corrente nacional, no valor de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), observado o direito de preferência dos acionistas, bem como a tomada das providências necessárias para a sua implementação; (vii) Alterar a redação do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, de forma a alterar a previsão de que, obrigatoriamente, tenha que ser eleito 01 (um) Diretor Financeiro; (viii) Alterar a previsão do *caput* do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, de forma a alterar a previsão de que, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro tenha que assinar em conjunto com o procurador; (ix) Aprovar a contratação, se necessário, de convênios, contratos financeiros, empréstimos e prestação de garantias, pela sociedade controlada pela Companhia, Directnet Prestação de Serviços Ltda, no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em razão das atividades habituais da empresa controlada; (x) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** 1. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia Geral, os quais também serão disponibilizados por meio digital para aqueles que solicitarem. 2. A Companhia solicita aos Acionistas que queiram participar da assembleia de forma remota o envio da seguinte documentação para o e-mail fernanda.dumangan@neovia.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até **48 (quarenta e oito) horas** antes da realização da AGOE: **Acionistas pessoa física:** documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de mandato com identificação clara do signatário. **Acionistas pessoa jurídica:** cópia do estatuto/contrato social e dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente, e documento de identidade com foto do representante legal. Se o acionista for representado por procurador, deve ser apresentado instrumento de mandato devidamente assinado. 3. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, bem como a notorização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que estejam em língua estrangeira, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 4. A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital Zoom e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital Zoom aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação nas condições acima. Nos termos da IN DREI 81, a AGOE será integralmente gravada, sendo que o acionista devidamente credenciado que participar da AGOE por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da ata. 5. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 11 horas do dia 07 de abril de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (11) 97711-0076 ou pelo e-mail fernanda.dumangan@neovia.com.br, em qualquer cenário, antes das 11 horas do dia 07 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. 6. A Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar da Assembleia de forma remota que garantam previamente a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com o sistema a ser utilizado na AGOE e acessem a plataforma com 30 (trinta) minutos de antecedência da AGOE. Reforça-se que a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio eletrônico, decorrente de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos, nos termos da IN DREI 81. 7. O Acionista cadastrado poderá participar da AGOE via Plataforma Digital por meio de vídeo e áudio, devendo manter a sua câmera ligada durante todo o curso da Assembleia com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Digital. A Administração da Companhia se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 30 de março de 2022. **Neovia Telecomunicações S.A.**, Oscar Armando Garcia Montoya – Diretor Presidente. (31/03 e 01 e 02/04/2022)

Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/ME nº 01.025.974/0001-92 – NIRE 35.300.438.507

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 16 (dezesesseis) de fevereiro de 2022, às 10h00, na sede social da Víncula – Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, nº 2.983, Distrito Industrial, CEP 13.505-600. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidência pelo Sr. José Roberto C. T. Ferraz e secretariada pela Sra. Janete da S. Cesário. 4. **Ordem do Dia:** Reuniram-se para deliberar sobre a ratificação sobre a aprovação das garantias outorgadas no âmbito da emissão, pela Companhia, das Cédulas de Crédito Bancário nº 602.756-0 e nº 602.398, junto ao Banco BOCOM BBM S.A. ("BBM"), nos valores de R\$ 1.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, somando R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em operações de crédito, conforme informações constantes no item 5.2 da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2021. 5. **Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: 5.1. Ficam ratificadas as autorizações para constituição de garantias por meio de Cessão Fiduciária de recebíveis da Companhia no percentual de 20% (vinte por cento) do saldo do débito, nas Cédulas de Crédito Bancário nº 602.756-0 e nº 602.398, junto ao Banco BOCOM BBM S.A. nos valores de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, somando R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), Operação aprovada na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2021. 5.2. Fica declarado, em caráter irrevogável e irretratável, que foram observadas todas as medidas necessárias para a autorização da operação e das garantias junto às Cédulas de Crédito Bancário mencionadas no item retro a serem prestadas em favor do Banco BOCOM BBM S/A. 5.3. Ficam, ainda, expressamente ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data no que compete às Cédulas de Crédito Bancário nº 602.756-0 e nº 602.398. 6. **Encerramento:** Por fim, a palavra foi concedida a aqueles que dela quisessem fazer uso, não existindo manifestações. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Rio Claro/SP, 16 de fevereiro de 2022. **Mesa:** José Roberto C. T. Ferraz – Presidente; Janete da S. Cesário – Secretária. **Conselheiros Presentes:** José Roberto C. T. Ferraz; Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi; Andrés Marcelo Cima; Harry Peter Grandberg. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 158.940/22-2 em 25/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Na contramão do exterior, dólar sobe com ajustes e realização de lucros



A pesar do tombo da moeda exterior e do avanço das cotações do petróleo e de commodities agrícolas, o dólar encerrou a sessão desta quarta-feira, 30, em alta no mercado doméstico de câmbio, flertando nos momentos de maior pressão com o patamar de R\$ 4,80. Analistas atribuem o tropeço do real a um movimento natural de realização de lucros (a moeda brasileira é a grande vencedora entre divisas emergentes neste mês) e a ajustes técnicos, em meio à expectativa pela disputa, na quinta-feira, pela formação da última taxa Ptax do mês. Indicadores como o IGP-M de março e o resultado do Governo Central (Tesouro Banco Central e INSS) em fevereiro foram monitorados, mas não tiveram impacto relevante nas cotações. Vindo de baixas em nove dos últimos dez pregões, o dólar teve uma manhã instável, alternando altas e quedas. Na mínima, cerca de uma hora após a abertura, desceu para R\$ 4,7281. Operadores relataram entrada de fluxo estrangeiro em meio ao pico do petróleo no dia, com o barril tipo Brent tendo atingido o patamar de US\$ 114,00. Após o otimismo da terça, houve recuo na percepção da possibilidade de um acordo iminente de paz entre Ucrânia e Rússia. A informação de que os russos pretendem diminuir atividade militares na capital ucraniana é vista com descrença no Ocidente. A pressão vendedora rapidamente perdeu força e o dólar já trabalhava em alta no fim da manhã, na contramão do observado no exterior. No meio da tarde, tocou pontualmente o patamar de R\$ 4,79, ao registrar máxima a R\$ 4,7920 (+0,72%). No fim do pregão, era cotado a R\$ 4,7872, em alta de 0,62%. Em março, a moeda ainda perde 7,15%, praticamente metade de toda a desvalorização em 2022 (-14,14%).

Bolsas de NY fecham em baixa, observando Ucrânia e com temores por inflação

As bolsas de Nova York fecharam em baixa nesta quarta-feira, em sessão marcada pelos desdobramentos da guerra da Ucrânia. Depois de perspectivas de avanços nas tratativas diplomáticas, uma série de comentários gerou maior ceticismo sobre uma resolução do conflito, além de levantarem possibilidade de que os confrontos ainda durem algum tempo. Neste cenário, os receios pelo avanço da inflação global também ganharam destaque.

O índice Dow Jones fechou em baixa de 0,19%, em 35.228,81 pontos, o S&P 500 caiu 0,63%, para 4.602,45 pontos, e o Nasdaq recuou 1,21%, a 14.442,27 pontos. Na avaliação de Edward Moya, analista da Oanda, as ações caíram enquanto os investidores observavam a inflação de março disparar na Europa, também procurando qualquer progresso em direção a um acordo de cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia.

Isto é Dinheiro

Fazenda Mocoim Participações S/A

CNPJ/ME nº 16.464.770/0001-25

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)

Ativo Circulante	31/12/2021		31/12/2020		Passivo Circulante	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$	R\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	2.155.556,02	2.155.556,02	907,50	846,00	Contas a pagar	907,50	846,00		
Estoques	1,61	1,61	273.260,91	241.424,62	Empréstimos Nacionais	273.260,91	241.424,62		
Não Circulante	22.500,00	2.155.554,41	1.903.887,61	1.913.285,40	Patrimônio Líquido	1.903.887,61	1.913.285,40		
Imobilizado	22.500,00	–	2.802.826,00	2.802.826,00	Capital social	2.802.826,00	2.802.826,00		
Total do Ativo	2.178.056,02	2.155.556,02	(-)	(-)	Capital social a integralizar	(720.000,00)	(720.000,00)		

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	–	–
Receitas (despesas) operacionais	(9.397,79)	(15.912,52)
Despesas gerais e administrativas	(9.397,79)	(15.912,52)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(9.397,79)	(15.912,52)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(9.397,79)	(15.912,52)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.397,79)	(15.912,52)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31/12/2020	2.802.826,00	–
Lucro (prejuízo) do exercício	–	(9.397,79)
Saldos em 31/12/2021	2.802.826,00	(720.000,00)

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.397,79)	(15.912,52)
Ajustes	–	–
Lucro líquidos do exercício ajustado	(9.397,79)	(15.912,52)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes		
(Aumento) redução em Estoques	–	7.269,98
Aumento (redução) em Contas a pagar	61,50	37,50
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(9.336,29)	(8.605,04)
Atividades de Investimentos		
Imobilizado	(22.500,00)	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(22.500,00)	–
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos dos acionistas	31.836,29	8.605,04
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	31.836,29	8.605,04
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	–	–
Saldo inicial das disponibilidades	1,61	1,61
Saldo final das disponibilidades	1,61	1,61
Varição do caixa e equivalentes	–	–

apresentadas a seguir:
11.1 – Despesas Administrativas

	2021	2020
Despesas com utilidades e serviços	–	359,05
Despesas com impostos e taxas	884,34	372,74
Despesas com serviços profissionais	7.824,00	7.882,00
Despesas gerais	689,45	7.298,73
Total	9.397,79	15.912,52

Nota 12. Eventos Subsequentes – Em 31 de dezembro de 2021 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.
Anna Cecília Boranga Junqueira – Diretora
Elisa Sonomi Oyakawa – TC CRC nº 1SP 303.864/0-7

Isto é Dinheiro

GS Inima Brasil Ltda.

Table with columns for % de participação, Ativo circulante, Passivo circulante, Ativo não circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Receita líquida de serviços e vendas, Lucro líquido do exercício.

12.2. Movimentação

Table showing movements for 2021 and 2020, including Saldo inicial, Integralização de capital nas controladas, Amortização mais valia, Dividendos e Juros sobre capital próprio, Equivalência Patrimonial, Saldo final.

Samar, cujos ativos e passivos foram reconhecidos pela Empresa por seu valor justo, implicando no reconhecimento da mais valia da concessão, no montante de R\$ 43.330, cuja amortização durante o exercício de 2021 foi de R\$ 1.635 (R\$1.635 em 2020). O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior. Intangível de Contrato: Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na nota explicativa nº 5, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por impairment se necessário. Direitos de concessão - Outorga: As controladas Comasa, Samar e Sanel contabilizam o contrato de concessão conforme a ICRP 01 (R1) - Contratos de concessão. Elas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. Sistema abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário: As controladas Caepa, Comasa, Samar, Sanel e Saneuro reconhecem um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Representam os investimentos que englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo das concessões. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo das concessões. Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pelas controladas, serão revertidas automaticamente ao poder concedente sem qualquer retorno financeiro para as controladas. Investimentos na concessão: Nas controladas Caepa, Comasa, Samar, Sanel e Saneuro, estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo das concessões. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo das concessões. 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1. Empréstimos e financiamentos: i) Composição e natureza:

Table showing composition and nature of loans and financings, including Taxa efetiva de juros anual, Vencimentos, Custos de transação incorridos, Saldos dos custos a apropriar.

Table showing movements for 2020, including Saldo inicial, Integralização de capital nas controladas, Amortização mais valia, Dividendos e Juros sobre capital próprio, Equivalência Patrimonial, Saldo final.

A Empresa participa de outras controladas sendo que no momento da abertura ocorre integração de no mínimo 10% do capital social e o restante é classificado como capital a integrar. Em 26 de abril de 2021, a Empresa integrou o montante de R\$ 1.099 no capital social da Sanel, correspondente a sua participação de 70% na controlada. Em 10 de maio de 2021, a Empresa integrou o montante de R\$ 1.583 no capital social da Saneuro, correspondente a sua participação de 60% na controlada. A amortização da mais valia refere-se a controlada Samar, quando da sua aquisição ocorrida em 11 de maio de 2016, cujos ativos e passivos foram reconhecidos por seu valor justo, implicando no reconhecimento da mais valia da concessão no montante de R\$ 43.330 que, vem sendo amortizada pelo total anual de R\$ 1.635. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial divulgado no resultado do exercício, líquido dos efeitos da amortização da mais-valia da controlada Samar, corresponde ao montante de R\$ 112.886 (R\$ 98.403 em 31 de dezembro de 2020).

13. Imobilizado:

Table showing assets: Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Computadores e periféricos, Instalações, Benfeitorias em imóveis terceiros, Direito de Uso do Arrend. Mercantil, Total.

Table showing movements for 2020, including Saldo em 1º de dezembro de 2019, Depreciação acumulada, Saldo em 1º de dezembro de 2020, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Valor contábil líquido em 31/12/2020, Valor contábil líquido em 31/12/2021, Vida útil (anos).

(j) As obras em andamento referem-se, substancialmente, às melhorias operacionais, de infraestrutura e de modernização nas plantas das controladas indretas Triunfo (R\$ 46.839) e Aquapolo (R\$ 6.105). Essas obras possuem expectativa de conclusão em março de 2025.

14. Intangível:

Table showing intangible assets: Softwares e outros, Total.

Table showing movements for 2021 and 2020, including Saldo inicial, Adições, Saldo final em 31 de dezembro de 2021, Amortização acumulada, Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, Amortização, Saldo final em 31 de dezembro de 2020, Amortização, Saldo final em 31 de dezembro de 2021, Valor contábil líquido em 31/12/2020, Valor contábil líquido em 31/12/2021.

Direito da carteira de clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios (nota explicativa nº 5). As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por impairment se necessário. Mais valia de ativo financeiro: Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na nota explicativa nº 5 pelos ativos financeiros existentes na controlada indreta Jeeabca, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por impairment se necessário. Mais valia da concessão: Em 11 de maio de 2016, a Empresa adquiriu 100% das ações ordinárias da

A natureza dos empréstimos e financiamentos está descrita a seguir: (a) Refere-se a financiamentos para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto da controlada Ambient, obtido junto ao Banco Votorantim, na modalidade de FINAME, com a primeira liberação ocorrida em março de 2016. Os juros e os principais foram pagos mensalmente e a parcela final foi liquidada em abril de 2021. O empréstimo estava garantido por nota promissória e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME. (b) Refere-se ao programa "Saneamento para Todos", da controlada Ambient, que corresponde às obras dos interceptores de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, obtido junto a CEF (Caixa Econômica Federal), captado em agosto de 2018, conforme compromisso assumido pela controlada, por meio do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os juros e o principal serão pagos, mensalmente, pelo prazo de 144 meses. Este contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) precisa ser igual ou superior a 1,0. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva. (c) Refere-se a um financiamento contratado pela controlada Sesamm e a CEF que possui como objetivo a realização de investimentos na estação de tratamento de esgoto da controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser de, no mínimo 1,30. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva. (d) Refere-se a um financiamento contratado pela controlada Sesamm e o Banco Santander, na modalidade de BNDES Giro, para a aquisição de sistema fotovoltaico para a estação de tratamento de esgoto da controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos, mensalmente, por um período de 36 meses. (e) Refere-se ao financiamento captado entre a controlada Sesamm e a CEF para ampliação e melhoria de sua estação de tratamento de esgoto. A primeira liberação ocorreu em setembro de 2021 e o contrato possui carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser de, no mínimo 1,30. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva. (f) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Sanevap e a CEF cujo objeto é a realização de investimentos comprometidos, referente ao contrato de locação de ativos que a controlada possui com a Sabesp. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente pelo período de 240 meses. Esse contrato possui garantia restritiva (covenants), cujo ICSD precisa ser maior ou igual a 1,1. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada cumpriu com a garantia restritiva. (g) Correspondia ao empréstimo entre a controlada Saneuro e o Banco Santander para os investimentos na sua concessão. O empréstimo foi pago, em uma única parcela, em junho de 2021. (h) Refere-se ao empréstimo contratado pela controlada Samar e o BNDES, destinado a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente. O empréstimo possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto da controlada. (i) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Caepa e o Banco Santander cujo objeto foi a implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade da controlada. O financiamento foi integralmente quitado em agosto de 2021. (j) Refere-se ao financiamento entre a controlada Caepa e o Banco Itaú para a realização de investimentos comprometidos no contrato de concessão da controlada. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 24 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente. (k) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Comasa e o Banco Santander cujo objeto foi a realização dos investimentos comprometidos em seu contrato de concessão. O financiamento foi integralmente quitado em agosto de 2021. (l) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Comasa e o Banco Itaú cujo objeto foi a realização dos investimentos comprometidos em seu contrato de concessão. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 24 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente. (m) Refere-se ao financiamento contratado entre a controlada Sanama e o Banco Nordeste cujo objeto é a implantação do sistema de esgotamento sanitário na controlada. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente pelo período de 211 meses. (n) Refere-se ao financiamento contratado pela controlada Sanel e o Banco Itaú cujo objeto foi a realização dos investimentos comprometidos em seu contrato de concessão. A liberação ocorreu em agosto de 2021 e o contrato possui carência de 12 meses a partir da data de contratação. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente. (o) Refere-se a financiamentos captados junto ao BNDES para construção da planta da controlada indreta Jeeabca. ii) Movimentação:

Table showing movements for 2021 and 2020, including Saldo no início do exercício, (+) Adição de juros, (-) Amortização principal, (-) Amortização juros, (+) Amortização do custo de transação, Saldo no final do exercício.

Table showing movements for 2021 and 2020, including Saldo no início do exercício, (+) Captação, (+) Adição de juros, (-) Amortização principal, (-) Amortização juros, (+) Apropriação do custo de transação, (-) Custo de transação, Saldo no final do exercício.

iii) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

Table showing maturity composition: 2021, 2022, Após 2028.

iv) Cláusulas contratuais e outras informações: GS Inima Brasil: Em 22 de outubro de 2015, a Empresa assinou contrato de compromisso com o Banco ABC Brasil para estruturação e coordenação de emissão de notas promissórias, com esforços restritos de distribuição no valor de R\$ 40.000. Em março de 2021, a Empresa quitou e cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato. Araucária: Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$ 95.500. Foram emitidas 9.550 debenturas, em uma única série, ao valor nominal unitário de R\$ 10, na data da emissão, sendo a valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread"). A amortização das debêntures será realizada mensalmente e iniciou-se em dezembro de 2014 e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2021, os custos de transação incorridos, e já parcialmente amortizados, totalizavam R\$ 1.240, sendo R\$ 152 no circulante e R\$1.088 no não circulante. As debêntures são garantidas por: Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital. Os acionistas da Araucária empenham, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Empresa e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro. • Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, celebrou fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária. • Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas. Araucária possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura ("covenants" financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da controlada. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada cumpriu com todas as cláusulas restritivas ("covenants") vigentes relativas ao contrato de financiamento. Jeeabca: Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures da controlada indreta foram liquidadas, não ocorrendo impacto em relação às cláusulas contratuais da controlada. Aquapolo: Como garantia real, a controlada indreta Aquapolo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fomento ("Escritura"), com as seguintes características: • Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolvidivo e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fomento; (ii) contrato de EPC - Engineering Procurement and Construction - firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e relatio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Empresa; (v) investimentos perdidos e ganhos e rendimentos de juros oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Empresa é beneficiária. • Alienação fiduciária de ações: A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Aquapolo, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais. Triunfo: Como garantia real, a controlada indreta Triunfo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de

Table showing maturity composition: 2021, 2022, Após 2028.

Table showing maturity composition: Consolidado, 2021, 2020, Saldo no início do exercício, (+) Adição de juros, (-) Captação novos financiamentos, (-) Amortização de principal, (-) Amortização de juros, (+) Custo de transação, (+) Apropriação do custo de transação, Saldo no final do exercício.

iv) Prazo de vencimento: A amortização dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir: 15.2. Debêntures privadas: i) Composição:

Table showing maturity composition: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, Após 2026, Total.

Table showing maturity composition: Unidade, Debenturista, Série, 2021, 2020, GS Inima Brasil, Banco ABC Brasil, Custos de transação.

Table showing maturity composition: Unidade, Debenturista, Série, 2021, 2020, GS Inima Brasil, Banco ABC Brasil, Custos de transação, Araucária, Caixa Econômica Federal, Custos de transação, Saneuro, Vorex Distribuidora de Títulos, Custos de transação, Jeeabca, Infrabrasil, (-) Custo de transação, Aquapolo, Caixa Econômica Federal, Custos de transação, Triunfo, Itaú Unibanco S/A, Custos de transação.

GS Inima Brasil Ltda.

Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características: • Alienação fiduciária da totalidade das ações: Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações...

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Ativo de imposto diferido
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses

Saldo no início do exercício
Demais diferenças temporárias
Reconhecimento na demonstração de resultado

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Ativo Passivo Ativo Passivo
Saldo no início do exercício

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social
Alíquota vigente
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Essas obrigações possuem a seguinte composição por vencimento:
2021
2024 13.128
2025 13.128

Controladora Consolidado 2021 2020
Contas a pagar por aquisição
Ajuste a valor presente

17. Concessão de serviços públicos: O contrato de concessão da controlada Samar, prevê a outorga a pagar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável", sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão...

Controladora Consolidado 2021 2020
GS Engineering
GS Inima Environment

A movimentação da concessão de serviços públicos é como segue:
Consolidado 2021 2020
Valor total de outorga a pagar

Controladora Consolidado 2021 2020
Contas a pagar
Contas a receber

PIS e COFINS sobre as receitas
ISS sobre receitas
Total
Passivo circulante
Passivo não circulante

Controladora Consolidado 2021 2020
PIS e COFINS sobre as receitas
ISS sobre receitas

Composição no balanço patrimonial (não circulante)
Ativo diferido
Passivo diferido

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Ativo diferido
Passivo diferido

bient, Sesamm, Samar e Comasa concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício...

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências Contingências

Receita de construção auferida refere-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória da parte alta da cidade de Maceió, na controlada Sanama, investimentos em novos projetos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na controlada Samar e melhorias nas estações de tratamento de esgoto necessárias a prestação de serviço da controlada Ambient...

Receita de construção auferida refere-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória da parte alta da cidade de Maceió, na controlada Sanama, investimentos em novos projetos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na controlada Samar e melhorias nas estações de tratamento de esgoto necessárias a prestação de serviço da controlada Ambient...

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
CUSTO
Com pessoal
Materiais

GS Inima Environment S.A.
Técnicas y Geston MédioAmbiental S.A.U.
Em 26 de agosto de 2020, os sócios quotistas da Empresa aprovaram e subscreveram a integralização de capital social no montante de R\$472.063, mediante emissão de 472.063 mil cotas.

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Receitas financeiras
Rendimentos sobre aplicações financeiras

Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020
Serviços de construção
Tratamento de esgoto
Locação ativo

Resultado financeiro líquido
O impacto da variação no período é reflexo da operação de Hedge contratado como instrumento de proteção, cujo objetivo foi preservar o valor em Euros que os acionistas haviam aprovado para efetuar o aumento de capital da subsidiária no Brasil, protegendo desta forma contra os riscos provocados pelas oscilações do mercado financeiro...

Diretoria
Paulo Roberto de Oliveira
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Consolidado Importâncias seguradas
Garantia de contrato
Responsabilidade civil

Aos Quotistas e Administradores da GS Inima Brasil Ltda. - São Paulo - SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis...

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis...

Omega Desenvolvimento S.A.CNPJ: 42.385.499/0001-42
Relatório da Administração

Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)					
Balancos Patrimoniais					
Ativo	2021	2020			
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.631	-			
Outros créditos	23	-			
Total do ativo circulante	5.653	-			
Investimentos	186.805	-			
Imobilizado	32.231	-			
	219.036	-			
Total do ativo não circulante	219.036	-			
Total do ativo	224.690	-			
Passivo	2021	2020			
Passivo circulante					
Fornecedores	145	-			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100.252	-			
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	-			
Outras obrigações	5.858	-			
Total do passivo circulante	106.266	-			
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures LP	643	-			
Total do passivo não circulante	643	-			
Total do passivo	106.909	-			
Patrimônio líquido	117.781	-			
Capital social	96.652	-			
Reserva de lucros	(4.208)	-			
Ajuste de avaliação patrimonial	25.338	-			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	117.781	-			
Total do passivo e patrimônio líquido	224.690	-			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96.652	(4.208)	-	-	96.652
Aumento de capital/AFAC	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	(4.208)	-	4.208	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	25.338	-	25.338
Resultado do exercício	-	-	-	(4.208)	(4.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	96.652	(4.208)	25.338	-	117.781
Demonstrações de resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa		
	2021	2020		2021	2020
Demonstrações de resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Receitas (despesas) operacionais	-	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Administrativas, pessoal e gerais	(5.923)	-	Lucro líquido	(4.208)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	5.072	-	Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.929)	-	Resultado de equivalência patrimonial	1.929	-
Total das receitas (despesas) operacionais	(2.780)	-	(2.279)	-	-
Receitas financeiras	125	-	Variação dos ativos e passivos operacionais		
Despesas financeiras	(1.553)	-	Outros créditos	(23)	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.428)	-	Fornecedores	145	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.208)	-	Obrigações trabalhista e tributárias	11	-
Prejuízo do exercício	(4.208)	-	Outras contas a pagar	5.858	-
			Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.713	-
Nota explicativa			Atividades de investimento		
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.			Movimentação do imobilizado	(32.231)	-
Diretoria executiva			Movimentação do investimento	(188.735)	-
Andrea Sztajn - Gustavo Barros Mattos			Fluxo de caixa das atividades de investimento	(220.966)	-
Paul Alexandre Abranches			Atividades de financiamento		
Contador			Movimentação dos empréstimos	100.894	-
William Franco de Oliveira			Movimentações patrimoniais		
CRC: 1SP256.533/O-3			(capital, dividendos e outras)	121.989	-
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento	222.884	-
			Variação do caixa e equivalentes de caixa	5.631	-
			No fim do período	5.631	-

Petróleo fecha em alta, com guerra na Ucrânia, dado dos EUA, Opep+ e câmbio

Os contratos futuros de petróleo fecharam com ganhos, nesta quarta-feira, em quadro de menos otimismo sobre uma solução rápida no conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, o dólar recuou na sessão, o que tende a apoiar a commodity, com notícias do setor também em foco.

O contrato do WTI para maio fechou em alta de 3,43% (US\$ 3,58), a US\$ 107,82 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho avançou 3,46% (US\$ 3,73), a US\$ 111,44 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O ANZ afirma que o petróleo subia hoje em meio a "mais dúvidas sobre as intenções da Rússia na Ucrânia. Em linha similar, a Rystad Energia aponta que o alívio de terça com a expectativa de que Moscou recuará em suas operações militares não foi visto hoje, após o Kremlin dizer que não houve reviravolta nas conversas de terça

Os contratos se recuperaram das baixas da terça-feira. Além disso, mesmo com as declarações iniciais de terça sobre avanços nas conversas entre Rússia e Ucrânia, havia também ceticismo sobre a postura de Moscou e potências do Ocidente não descartavam novas sanções. No câmbio, o dólar recuou durante a sessão, o que torna o petróleo mais barato para os detentores de outras moedas e tende a apoiar a demanda.

No setor, o secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), Mohammad Barkindo, recomendou aos países do cartel e aliados (Opep+) que mantenham os planos do acordo atual, com alta apenas gradual na produção da commodity (de 400 mil barris por dia). Nesta quinta-feira, há reuniões previstas do Comitê Conjunto de Monitoramento Ministerial (JMMC) e dos ministros da Opep+.

Nos EUA, os estoques de petróleo recuaram mais que o esperado na última semana, enquanto os estoques de gasolina subiram, quando analistas previam queda.

VR Editora S/A

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais (Em Reais)			Demonstração do Resultado	
Ativo	2021	2020	2021	2020
Caixa/Bancos	52.935	75.207	Receita Operacional Bruta	20.064.142
Aplicações Financeiras	1.309.827	2.608.423	Receita de Vendas	19.698.906
Clientes	9.638.340	9.717.294	Receita de Serviços	365.236
Adiantamentos Diversos	5.118.080	3.746.917	Deduções da Receita Bruta	(556.729)
Estoques	8.800.621	9.391.557	PIS/COFINS	(52.046)
Impostos a Recuperar	42.754	63.126	Vendas Canceladas	(504.683)
Despesas a Apropriar	2.462	2.937	Receita Operacional Líquida	19.507.413
Total do Ativo Circulante	24.965.020	25.605.461	Custo dos Produtos Vendidos	7.234.815
Realizável a Longo Prazo	80.220	80.220	Custo Editorial	468.354
Ativo Permanente	1.855.595	1.782.951	Lucro Bruto	11.804.244
Imobilizado	1.855.595	1.782.951	Despesas Operacionais	11.305.558
Depreciação Amortização Acumulada	(1.395.889)	(1.233.513)	Administrativas	4.553.835
Total do Ativo Permanente	459.706	549.439	Comerciais	6.599.432
Total do Ativo Não Circulante	539.926	629.659	Depreciação/Amortização	162.377
Total do Ativo	25.504.945	26.235.120	Resultado Operacional Financeiro	(10.086)
			Lucro (Prejuízo) Operacional	498.686
			Provisão para IRPJ e CSSL	94.687
			Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	403.999
			(12.397)	
Demonstração de Fluxo de Caixa			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2021			2021
Fluxo de Caixa Originários de Atividades Operacionais			Saldo Inicial do Período	21.029.846
Valores Recebidos de Clientes	22.440.464	-	Reservas de Capital	-
(-) Pagamentos a Fornecedores	7.381.061	-	Reserva de Lucros	-
(-) Pagamentos de Impostos	72.301	-	Resultado Líquido do Exercício	403.999
(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	1.543.173	-	Proposta da Administração p/ Destinação do Lucro	706.258
(-) Pagamentos de Juros	39.494	-	Dividendos e Lucros a Distribuir	706.258
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais	13.404.435	-	Dividendos e Lucros a Distribuir	706.258
Fluxo de Caixa Originários de Atividades de Investimentos			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-
(-) Compras de Imobilizado	52.749	-	Saldo Final do Período	20.727.587
(-) Aquisição de Ações/Cotas	-	-		
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Investimentos	(52.749)	-	Notas Explicativas da Administração às Operações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)	
Fluxo de Caixa Originários de Atividades de Financiamentos			1. Contexto Operacional - A VR Editora S/A, sociedade anonima de capital fechado, tem como objeto social a edição integrada a impressão de livros, nas disposições legais regulamentadas em vigor. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da VR Editora S/A foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei da Sociedade por	
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos	706.258	-		
(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	162.048	-		
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Financiamentos	(868.306)	-		
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	12.483.380	-		
Disponibilidades no Início do Período	2.658.631	-		
Disponibilidades no Final do Período	1.337.762	-		
Variação da Disponibilidades	(1.320.868)	-		

A Diretoria
Tatiana Silva Correia - Contadora CRC 1SP 244.293/O-2**Com ações de commodities, e contra NY, Ibovespa sobe 0,20%, a 120,2 mil**

O Ibovespa sustentou no fechamento os 120 mil pontos pelo segundo dia, permanecendo nos maiores níveis desde o fim de agosto passado, embora mostrando pouca força ao longo da tarde, em sessão favorável ao petróleo, mas negativa para os três índices de ações em Nova York, com destaque para o Nasdaq (-1,21%). Ao final, a referência da B3 mostrava leve ganho de 0,20%, a 120.259,76 pontos, entre mínima de 119.775,24 e máxima de 120.531,15, saindo de abertura aos 120.013,36 pontos. Moderado, o giro fi-

nanceiro ficou em R\$ 28,9 bilhões. Na semana, o Ibovespa avança 0,99%, acumulando ganho de 6,29% no mês nesta penúltima sessão de março - no ano, sobe 14,73%.

Após longa sequência recente de avanço para o Ibovespa e de recuo para o dólar frente ao real, um como outro tendem a mostrar um padrão mais estável. Aos 120 mil pontos, o Ibovespa chegou a uma "região de resistência forte, em movimento esticado", aponta Pam Semezzato, analista gráfica da Clear Corretora, que considera que o ponto em que se encontra agora o índice da B3 pode

suscitar uma correção.

O dólar, por sua vez, veio na terça, pelo segundo dia, tentando romper o suporte de R\$ 4,740, mas fechando acima disso, observa a analista. "Ainda sem conseguir mostrar força de compra para um repique do último movimento, (o dólar) começa a dar sinais de que a força da queda está bem mais fraca", acrescenta Semezzato. Nesta quarta, a moeda americana encerrou o dia em alta de 0,62%, a R\$ 4,7872.

O viés "hawkish" para a política monetária nos Estados Unidos, e menos afrouxado para outras economias

centrais, como a da zona do euro, em contexto de incerteza sobre os rumos do conflito no Leste Europeu, contribuiu para a cautela dos investidores, na véspera da divulgação do PCE, a métrica preferida do Federal Reserve para a inflação ao consumidor nos Estados Unidos. "Na sexta-feira tem o 'payroll', o relatório sobre o mercado de trabalho americano. Então é natural a cautela vista numa semana, até aqui, sem muitos fatos novos", diz Viviane Vieira, operadora de renda variável da B. Side Investimentos.

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal



BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

em R\$ 11.625 e em R\$ 23.081, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

24. Outros Assuntos – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo VR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas

demonstrações financeiras, não foram constatados impactos nas operações do Banco VR S.A. • Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas

as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior
TC CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco VR S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Banco VR S.A. são realizadas com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG KPMG Auditores Independentes Luciana Liberal Sâmia
CRC 2SP 014.428/O-61 Contadora CRC 1SP 198.502/O-8

Ouro fecha em alta, de olho em negociações Rússia-Ucrânia e juros dos Treasuries

O contrato mais líquido do ouro fechou em alta nesta quarta-feira. No radar dos investidores, estão as negociações entre Rússia e Ucrânia sobre a guerra, além dos posicionamentos de líderes do Ocidente sobre o conflito. Inversão nas curvas de juros dos Treasuries também estão no radar.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex),

o ouro com entrega prevista para junho subiu 1,09%, a US\$ 1.939,00 por onça-troy.

Os negociadores ucraniano e russo se manifestaram sobre as conversas. O primeiro expressou otimismo quanto à rodada de negociações mais recente, enquanto o segundo afirmou que a Ucrânia se mostrou disposta a atender determinadas exigências de Moscou.

Paralelamente, no entanto, o presidente ucraniano,

Volodymyr Zelesnyk disse que conversou com o presidente americano, Joe Biden, sobre um novo pacote de sanções contra a Rússia. O premiê britânico, Boris Johnson, também defendeu o endurecimento das medidas até que as tropas russas deixem a Ucrânia.

Em relatório, o Commerzbank destaca que os governos do Ocidente estão céticos sobre o comprometimento da Rússia em retirar

parcialmente suas tropas. O banco alemão menciona ainda que os operadores no mercado do ouro parecem já ter precificado um aperto monetário mais rápido pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), o que levaria à reação marginal do metal precioso em relação aos dados de emprego dos Estados Unidos, divulgados mais cedo.

O TD Securities, por sua vez, observa que a inversão

nas curvas de juros das T-notas de 2 e 10 anos tem alimentado as conversas sobre uma recessão no horizonte. "Com isso, apesar das tensões geopolíticas e a sinalização de uma recessão na economia americana pela curva de juros, os riscos de baixa para os preços do ouro se mantêm diante de um cenário hawkish para o Fed e as negociações sobre cessar-fogo", afirma.

Isto é Dinheiro

Moedas: índice DXY do dólar recua, em dia de recuperação para euro e iene

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, caiu nesta quarta, 30, com investidores ainda atentos à guerra entre Rússia e Ucrânia e às sinalizações diplomáticas entre as partes. Além disso, o dia foi de recuperação do euro e do iene.

No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 121,80 ienes, o euro avançava a US\$

1,1157 e a libra tinha alta a US\$ 1,3134. O DXY recuou 0,62%, a 97,792 pontos.

O dólar já recuava no início do dia, ampliando perdas da sessão anterior, quando as negociações entre Rússia e Ucrânia geraram algum otimismo, mas com os EUA mantendo postura cética sobre o comportamento de Moscou. Hoje, o rublo russo se recuperou mais e, no horário citado, o dólar recuava

a 83,035 rublos. O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, demonstrou otimismo sobre o rumo das conversas com o governo ucraniano. O euro, por sua vez, atingiu máximas em quatro semanas pela manhã, com o quadro geopolítico ainda em foco.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, afirmou que o programa de compra de

ativos (APP, na sigla em inglês) da instituição deve acabar no terceiro trimestre, caso os dados sustentem a perspectiva de inflação no médio prazo. Ela ainda disse acreditar que a zona do euro evitará um quadro de estagflação. Já Peter Kazimir, dirigente do BCE, disse que a primeira alta de juros da instituição pode ocorrer ainda neste ano. Kazimir defendeu que o BCE deixe os juros negativos

dentro de um ano – a taxa de depósito está em -0,50% atualmente.

No caso do iene, houve ajuste após recuo no dia anterior. A moeda japonesa chegou a tocar mínimas desde 2015 frente ao dólar recentemente e agora era apoiada pela repatriação de lucros de multinacionais japonesas no fim do ano fiscal local.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

TAM		TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.	
AVIAÇÃO EXECUTIVA		CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16	
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)			
Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	44.806	25.120	Fornecedores
Contas a receber	29.806	24.459	Obrigações trabalhistas
Estoques	23.612	16.883	Empréstimos e financiamentos
Créditos tributários	2.297	3.139	Adiantamentos de clientes
Demais contas a receber	4.634	2.779	Tributos a recolher
	105.155	72.380	Impostos parcelados
Não circulante			Não circulante
Tributos diferidos sobre o lucro	4.436	4.026	Contas a pagar
Depósitos judiciais	3.625	3.605	Empréstimos e financiamentos
Demais contas a receber	140	130	Impostos parcelados
Partes relacionadas	6	22	Provisão para contingências
	8.207	7.783	
Imobilizado	13.129	16.210	Patrimônio líquido
Intangível	292	183	Capital social
	13.421	16.393	Ajustes de avaliação patrimonial
			Prejuízos acumulados
Total do ativo	126.783	96.556	Total do passivo e patrimônio líquido
			126.783
			96.556
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			
Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2021	2020	
Receita líquida de vendas e serviços	165.669	119.375	Despesas financeiras
Custos das vendas e dos serviços prestados	(118.538)	(80.887)	Variáveis cambiais, líquidas
Lucro bruto	47.131	38.488	Resultado financeiro líquido
Despesas com vendas	(13.100)	(10.086)	Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro
Despesas gerais e administrativas	(16.502)	(16.836)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Outras despesas líquidas	(12.304)	(967)	Ações no final do exercício (em milhares)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	5.225	10.599	Lucro/(prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício – em R\$
Receitas financeiras	1.919	11.423	
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.720	1.290	Total
Lucro líquido do exercício	–	–	8.918
Aumento de capital	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Variação cambial de controlada no exterior	–	6	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	54.820	1.296	47.900
Lucro líquido do exercício	–	–	3.855
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Encerramento da controlada no exterior	–	(1.296)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.820	–	50.459
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			
Leonardo Rosendo Fiuzza – Diretor Presidente	Raquel Hoshiba Campos – Diretora Financeira		
Sandra Cristina B. G. de Oliveira – Contadora CRC 1SP 276.433/O-5			
<i>As Demonstrações Financeiras completas bem como os documentos elencados na Lei 6.404/76, estão à disposição dos Srs. Acionistas na Sede da Companhia.</i>			

Analista classifica ação da Amazon como 'abaixo da média' por despesas e inflação

A Amazon.com recebeu uma rara classificação de “abaixo da média do mercado” do BNP Paribas Exane nesta quarta-feira, com a corretora francesa dizendo que a gigante do comércio eletrônico enfrenta um caminho acidentado pela frente devido ao aumento da inflação e a despesas mais altas.

O analista Stefan Slowinski disse que os investimentos durante a pandemia de Covid-19 para construir centros de atendimento para entregas mais rápidas e bônus a funcionários podem pressionar as margens da empresa.

Das 58 corretoras que cobrem a Amazon, 20 avaliam a ação como ‘forte compra’, 36 como ‘buy’, uma como manter e uma vender, segundo dados da Refinitiv.

Isto é Dinheiro

Cenário de crise deve reduzir valor médio de investimento em startups

Se durante a pandemia as startups voaram em céu de brigadeiro com a alta liquidez dos mercados e juros próximos a zero, o que gerou recordes de aportes, agora elas estão começando a ver um horizonte menos favorável se formando. O cenário de inflação fez com que as taxas de juros subissem em todo o planeta, e resultados abaixo do esperado de diversas companhias listadas criaram um cenário de alerta. Isso não quer dizer que os investimentos vão cessar, mas é certo que os empreendedores precisarão de mais argumentos e resultados para atrair recursos.

Isso já está acontecendo em nível global, segundo levantamento feito pela consultoria americana Carta. Os valores dos aportes realizados entre janeiro e fevereiro tiveram redução média de 26%. Segundo Laura Constantini, representante do comitê de venture capital da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCP), a avaliação

das companhias também voltou para a média histórica – nos últimos dois anos, estavam 30% superiores.

“O mercado está se ajustando e é uma mudança de cima para baixo. Como as empresas mais maduras estão sendo impactadas, o restante do mercado também vai acompanhar”, diz ela, que acredita que os valores investidos devem cair mais nos próximos meses.

Seja por erros de gestão ou pelo cenário de juros em alta, que impacta as empresas voltadas para crescimento, o cenário para as startups virou. O Nubank, que fez a estreia mais esperada de uma companhia brasileira no mercado de ações nos últimos anos, perdeu cerca de 20% de valor de mercado desde o IPO. Já a Locaweb, antes uma queridinha dos investidores, perdeu 55% do seu valor nos últimos 12 meses. E a empresa de pagamentos Stone está ainda pior: desvalorização de 80% no mesmo período.

Um diagnóstico é que, com os resultados expostos

após a abertura de capital, as empresas ficaram vulneráveis ao julgamento em tempo real dos investidores. Geraldo Melzer, sócio fundador do fundo Abseed, afirma que passou os últimos dois anos tendo “conversas malucas”. “No ano passado, tínhamos empresas em estágio inicial, sem geração de receita, colocando valor de mercado de R\$ 100 milhões”, afirma. “Esse tipo de pessoa está mais tímida, pois há uma nuvem cinza de incertezas no ar.”

Mudanças:

Apesar de a noção geral ser de um cenário mais tímido no País, esse freio ainda não aparece nos dados do Brasil. Segundo levantamento da consultoria Distrito, o volume de investimento em startups subiu 35% nos meses de janeiro e fevereiro, para US\$ 1,36 bilhão, em comparação ao primeiro bimestre de 2021. O número de aportes, no entanto, caiu de 118 para 91.

Segundo investidores e especialistas, a volatilidade do mercado tem feito investidores procurarem empre-

endimentos mais sólidos e se afastarem dos “negócios de PowerPoint” – ou seja, que ainda não se provaram no mercado. E estão até dispostas a pagar mais por negócios mais seguros: a fintech Neon, por exemplo, captou US\$ 300 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhão) neste ano.

Para João Kepler, presidente do fundo Bossanova Investimentos, que costuma apostar em empresas em estágios mais iniciais, o excesso de dinheiro no mercado fez com que vários empreendedores inflacionassem os valores de seus negócios. “Nós temos tentado trazer os valores para o racional e colocar os empreendedores com o pé no chão”, afirma Kepler, que prevê investir R\$ 300 milhões em 250 empresas em 2022.

Bolha?

Quem está tentando comprar novos negócios no Brasil ainda não vê a queda dos preços dos negócios na prática. Para Fernando Cirne, presidente da Locaweb, que vem sendo uma compradora

serial nos últimos anos, não faz sentido que as empresas de capital aberto estejam sofrendo mais do que aquelas que ainda não foram para a Bolsa. “Por que uma empresa que dá lucro e cresce e já tem a sua tese comprovada sofre mais do que as que estão no mercado privado e ainda não testaram sua tese?”, questiona o executivo.

Apesar do cenário mais negativo, a possibilidade de uma eventual bolha no mercado de startups é afastada por especialistas, que enxergam muita oferta de empresas inovadoras. Um apetite menor por parte dos investidores, porém, não está afastado, apesar dos dois primeiros meses de aportes recordes no País. “Dado todo o contexto nacional e internacional, podemos ver impactos nos aportes ao longo do ano. Vamos acompanhar de perto”, afirma Tiago Ávila, analista da consultoria Distrito.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

>>>Continuação...

de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuência das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27 de agosto de 2021. Com o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31 de dezembro de 2021, plano de pagamento baseado em ações.

Diretoria	Contador
Jairo Aparecido Yamamoto - Diretor Presidente - Allysson Fernando Yamamoto - Diretor Financeiro - Thales Gabriel Viana - Gerente de Controladoria	Alexandre de Souza Dias - CRC SP281855/O-5

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Althia S.A. Indústria Farmacêutica - Atibaia - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Althia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Althia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita na venda de produtos:** Veja a Nota 25 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, da comercialização, da promoção e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos. Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente. - Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício e período subsequente, de maneira a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expecta-

tiva de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma. - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F

Campanas, 30 de março de 2022

Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

BC diz que dados do fluxo cambial não serão divulgados nesta quarta-feira

Em mais um efeito de mobilização dos servidores, o Banco Central informou nesta quarta-feira que a publicação dos dados referentes ao movimento de câmbio no Brasil e as operações cambiais da autoridade monetária não será feita neste dia 30 de março. Desta vez, o BC tampouco informou quando ocorrerá a divulgação e disse apenas que informará quando houver definição de nova data.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal), Fábio Faiad, confirmou que o atraso está relacionado ao movimento dos servidores, assim como já havia ocorrido na semana passada, quando os dados do fluxo cambial, normalmente publicados às quartas, às 14h30, só foram conhecidos na sexta (25). Outras publicações importantes também têm sofrido atrasos, como o Boletim Focus e o anúncio da taxa ptx diária.

Nesta segunda-feira, 28, os funcionários do BC apro-

varam greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril, em busca de reestruturação de carreira e recomposição salarial de 26,3%. Mais cedo nesta quarta-feira, o Sinal soltou uma nota ameaçando greve mais severa, caso o governo federal decidida pelo reajuste apenas para policiais federais. Segundo o sindicato, isso poderia gerar a interrupção total ou parcial do Pix, da divulgação do Boletim Focus e de "diversas taxas", assim como o funcionamento das operações de mercado aberto.

Na quinta, deve acontecer uma reunião, provavelmente com a diretoria de Administração do BC, para definir quais serviços são essenciais e devem ser mantidos durante a greve. No entendimento do sindicato, por exemplo, o Pix não é serviço essencial. Na prática, o sistema funcionaria sem manutenção, com monitoramento precário, o que pode gerar interrupção dos serviços e maior risco de fraudes, segundo o sindicato.

Isto é Dinheiro

Bolsas da Europa fecham mistas, com dúvidas sobre diálogo Rússia-Ucrânia

As principais bolsas europeias fecharam sem sinal único nesta quarta-feira, 30, em meio a sinais mistos sobre as negociações de paz entre Rússia e Ucrânia e à desconfiança do Ocidente quanto aos compromissos de Moscou. Discursos de dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) e indicadores locais também foram monitorados por investidores.

O índice Stoxx 600, que reúne centenas de companhias de todo o continente, caiu 0,41%, a 460,19 pontos.

O negociador ucraniano Mykhailo Podolyak se mostrou otimista após conversas com a Rússia, nas quais Moscou afirmou que reduziria as atividades militares em determinadas regiões. Apesar disso, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, manifestou ceticismo e disse que o governo de Vladimir Putin não é confiável.

Entre os russos, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, elogiou o fato de Kiev ter respondido às exi-

gências por escrito, mas ponderou não ter percebido sinais de avanços significativos nas negociações e destacou que ainda há muito trabalho a fazer.

Líderes ocidentais, entre eles o primeiro ministro britânico, Boris Johnson, reforçaram planos de manter a pressão contra os russos.

Diante dessas incertezas, o petróleo se fortaleceu e sustentou ações do setor. Em Londres, Shell (+4,43%) e BP (+3,07%) ajudaram o índice FTSE 100 a destoar da maioria das outras praças europeias e subir 0,55%, a 7.578,75 pontos, na máxima do dia. Também no azul, o PSI 20, de Lisboa, avançou 1,45%, a 6.007,68, no maior nível intraday.

No restante do continente, investidores observaram o impacto econômico da guerra no Leste Europeu. O índice de sentimento econômico da zona do euro, que mede a confiança de setores corporativos e dos consumidores, caiu de 113,9 pontos em fevereiro para 108,5 pontos em

março.

Na Alemanha, a inflação ao consumidor subiu 7,3% na comparação anual de março, de acordo com dados preliminares, bem acima da previsão de analistas (+6,2%). Nesse ambiente, o índice DAX, de Frankfurt, perdeu 1,45%, a 14.606,05 pontos.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse acreditar que a economia da região evitará um cenário de estagnação, isto é, período longo de inflação alta e crescimento estagnado. Membro do Conselho do BCE, Gabriel Makhlof reiterou compromisso da autoridade monetária em tomar quaisquer ações necessárias pela estabilidade de preços.

Na Bolsa de Paris, o CAC 40 cedeu 0,74%, a 6.741,59 pontos.

Em Milão, o FTSE MIB recuou 0,03%, a 25.300,25 pontos.

Isto é Dinheiro

... continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A.

e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Perfil dos instrumentos financeiros				
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras	1.795	16.806	1.795	16.806
Passivos Financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	13.775	2.687	13.775	2.785
Empréstimos e financiamentos	437	91	437	91
Obrigações por aquisição de investimento	29.105	-	29.105	-
	43.317	2.778	43.317	2.876

c) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. i) **Ativos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,42% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras consolidadas	1.795	Redução CDI	4,42%	3,32%	2,21%
Receita financeira			79	60	40

a) **Passivos Financeiros:** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,42% em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável (cenário I) e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 31 de dezembro de 2021. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	437	Aumento CDI	4,42%	5,53%	6,63%
Obrigações por aquisição de investimento	29.105	Aumento CDI	4,42%	5,53%	6,63%
Despesa financeira	29.542		1.306	1.632	1.959

18. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.611	15.361	15.305	15.361
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	(5.308)	(5.223)	(5.204)	(5.223)
Diferenças permanentes	(515)	(297)	(280)	(297)
Equivalência patrimonial	210	93	180	163
Imposto de renda diferido de anos anteriores reconhecido no exercício	(26)	-	-	-
Prejuízo Fiscal de controladas	-	-	(1)	(69)
	(5.639)	(5.427)	(5.305)	(5.426)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.831)	(3.846)	(4.662)	(3.846)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(808)	(1.580)	(643)	(1.580)
	(5.639)	(5.426)	(5.305)	(5.426)
Alíquota efetiva	(36,12%)	(35,32%)	(34,66%)	(35,32%)

b) **Movimentação dos Impostos Diferido:** O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. O Grupo tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019		Saldo em 31 de dezembro de 2020		Saldo em 31 de dezembro de 2021	
	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado
a. Na Controladora						
Ativo diferido						
Provisão para contingências	261	89	351	45	396	45
Provisões de bônus	265	369	634	260	894	260
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	451	(332)	119	(50)	69	(50)
Outras provisões	1.613	(62)	1.551	-	1.551	-
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181	95	276	95
Arrendamento mercantil financeiro	1.057	1.242	2.299	(310)	1.989	(310)
Ágio decorrente de incorporação reversa	15	(8)	8	(8)	-	(8)
Prejuízo fiscal acumulado	3.978	(1.689)	2.289	(2.119)	170	(2.119)
Amortização de mais valia	-	-	-	910	910	910
	7.821	(391)	7.432	(1.177)	6.255	(1.177)
Passivo diferido						
Arrendamento mercantil financeiro	(997)	(1.189)	(2.186)	369	(1.817)	369
	(997)	(1.189)	(2.186)	369	(1.817)	369
Impostos diferidos líquido	6.824	(1.580)	5.246	(808)	4.438	(808)

No Consolidado

	Saldo em 31 de dezembro de 2019		Saldo em 31 de dezembro de 2020		Saldo em 31 de dezembro de 2021	
	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos no Resultado
Ativo diferido						
Provisão para contingências	261	89	351	163	847	1.361
Provisões de bônus	265	369	634	260	894	260
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	451	(332)	119	(19)	52	152
Outras provisões	1.613	(62)	1.551	(3)	39	1.587
Provisão desvalorização imobilizado	181	-	181	95	276	95
Arrendamento mercantil financeiro – ativo	1.057	1.242	2.299	(291)	(1)	2.007
Ágio decorrente de incorporação reversa	15	(8)	8	(8)	-	-
Prejuízo fiscal acumulado	3.978	(1.689)	2.289	(2.119)	170	(2.119)
Amortização de mais valia	-	-	-	910	910	910
	7.821	(391)	7.432	(1.012)	937	7.357
Passivo diferido						
Arrendamento mercantil financeiro	(997)	(1.189)	(2.186)	369	-	(1.817)
	(997)	(1.189)	(2.186)	369	-	(1.817)
Impostos diferidos líquido	6.824	(1.580)	5.246	(643)	937	5.540

(*) Referente a aquisição da empresa Top Down Consultoria e Projetos S.A. em 02 de junho de 2021, conforme nota explicativa 1.b.

c) **Projeção de realização de impostos diferidos:** O ativo fiscal diferido possui o seguinte prazo estimado de realização:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021		
2022	2.890	3.992
2023	1.548	1.548
Total	4.438	5.540

19. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado nacional				
Com terceiros				
Prestação de serviços	144.640	101.999	171.680	102.080
Receita bruta total	144.640	101.999	171.680	102.080
Impostos sobre vendas	(17.066)	(12.420)	(20.658)	(12.431)
Total de receita	127.574	89.579	151.022	89.649

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

20. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(61.398)	(44.415)	(81.237)	(44.477)
Despesas gerais e administrativas	(39.140)	(21.331)	(45.242)	(21.546)
Despesas comerciais e marketing	(7.199)	(8.135)	(7.522)	(8.140)
Outras receitas (despesas) operacionais	(58)	19	(102)	19

Administração

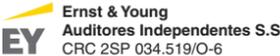
Carlos Alberto de Castro Dutra – CEO

Arnaldo José Lewis e Sá Filho – Diretor Presidente

Contadora

Luciana A da Paixão – CRC 1SP 248.028-6

continua ...

Interplayers Soluções Integradas S.A.			
Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras		Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	
Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.		Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.	
Arnaldo José Lewis e Sá Filho Diretor Presidente		Carlos Alberto de Castro Dutra CEO	
Arnaldo José Lewis e Sá Filho Diretor Presidente		Carlos Alberto de Castro Dutra CEO	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
<p>Aos Conselho de Administração e Acionistas da Interplayers Soluções Integradas S.A., São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Interplayers Soluções Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita de prestação de serviços: O reconhecimento de receita requer o adequado funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação e de seus respectivos controles internos para assegurar que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do exercício contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes aos serviços prestados a serem faturadas. As receitas de prestação de serviços podem apresentar obrigações de desempenho distintas e são reconhecidas em função do cronograma de execução dos serviços contratados e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de serviços auferidas pela Companhia e suas controladas, incluindo os respectivos critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 4.b. Consideramos esse assunto como significativa em função da relevância dos valores e do processo de reconhecimento de receita dos serviços prestados e do contas a receber em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: (i) análise e aprovação dos contratos decorrentes da prestação de serviço; (ii) reconhecimento das receitas dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais; (iii) testes da receita a faturar reconhecida no encerramento do exercício; (iv) testes documentais para uma amostra de transações ocorridas na conta de receita levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem, bem como teste da integridade dos relatórios extraídos dos sistemas de faturamento; (v) análise das reconciliações do contas a receber de clientes; (vi) testes de recebimentos subsequentes; (vii) verificação do aging-list dos valores a receber e; (viii) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita operacional líquida e contas a receber de clientes, consideramos aceitável o reconhecimento da receita no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Combinação de negócios e ágio: Durante o exercício de 2021, a Companhia adquiriu as empresas Top Down Consultoria e Projetos S.A. ("Top Down"). Síntese – Licenciamento de Programa para Compras online S.A. e Conecta Médico S.A. A aquisição da Top Down foi contabilizada pela Companhia considerando o método de aquisição e representaram valores significativos nas demonstrações financeiras, divulgados na nota explicativa 1.b., o montante de ágio dessas aquisições correspondem a R\$ 46.212 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e a consequente alocação do preço de aquisição e determinação do ágio e análise sobre a sua recuperabilidade, além da magnitude dos montantes envolvidos. Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas; (ii) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisições de empresas; (iii) o envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, alocação do preço de aquisição e ágio por expectativa de rentabilidade futura e avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia das combinações de negócio; (iv) testes de recuperabilidade dos ágios, e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios, amortização e resultado dos testes de recuperação dos ágios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares: A Companhia investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento do software operacional, que envolve a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada incluem julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e ou na aquisição de softwares, testes de análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias do software operacional. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos do software operacional, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação do software operacional, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de</p>			
<p>distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>			
São Paulo, 30 de março de 2022.			
 Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC 2SP 034.519/O-6		Luiz Carlos Marques Contador CRC 1SP 147.693/O-5	

Instável, Ibovespa tem dificuldade em defender 120 mil pontos com exterior

O Ibovespa tem dificuldade em definir uma direção e em defender o nível dos 120 mil pontos da abertura, dada a cautela externa por conta das dúvidas a respeito se de fato haverá mesmo um cessar-fogo na Ucrânia. Com isso, altera leve alta com queda nesta meia hora de pregão, apesar da queda firme das bolsas internacionais.

Já o dólar tem recuo moderado para a faixa de R\$ 4,749.

Apesar da indefinição do índice Bovespa, ações ligadas a commodities se destacam em alta, caso de Petrobras, Vale e 3R Petroleo.

A despeito da instabili-

dade do Ibovespa, Rodrigo Natali, diretor de estratégia da Inversa, observa que ainda é cedo precisar se será uma tendência hoje, dado que, como lembra, o índice doméstico tem acompanhado o movimento externo. "Não faz sentido achar que subiu muito em um dia e que depois cairá. No fundo, não aconteceu nada novo em termos de indicadores, principalmente. Ibovespa/ Vivendo um momento especial, onde o céu é o limite", avalia. "Mercado decidiu comprar risco", completa Natali.

Porém, hoje a cautela no cenário internacional limita uma nova alta do Ibovespa, que ontem voltou aos 120 mil

pontos, o que não acontecia desde agosto de 2021. Incertezas a respeito das promessas da Rússia em reduzir operações militares nos arredores de Kiev, capital da Ucrânia, na tentativa de um cessar-fogo geram cautela. Neste contexto, o petróleo sobe acima de 3%. Outra força de alta para o Ibovespa é o minério de ferro, que subiu na China.

"Sem novidades da guerra na Ucrânia e com a continuidade dos conflitos, ações sensíveis à guerra, como petróleo e trigo, voltam a subir", destaca nota da MCM Consultores.

Conforme Victor Hugo Israel, especialista de renda

variável da Blue3, a alta das commodities é que realmente coloca um "beta positivo" para Brasil. Ainda assim, segundo ele, como há muita incerteza no cenário, o mercado fica à espera de algum desfecho para montar posição, o que justifica a instabilidade na Bolsa, por exemplo. "Um conflito militar é um campo recheado de incerteza e o investidor prefere aguardar uma direção para tomar suas posições", diz.

Por isso, alerta que o é preciso atenção na mudança recente na curva de juros dos títulos americanos, que pode indicar recessão. "É um primeiro sinal, existem muitos desdobramentos para se che-

gar um quadro recessivo. Porém, tem de acompanhar para ver se a economia americana e ocidental estaria caminhando para recessão", avalia Israel.

Estão no radar os desdobramentos da troca de comando na Petrobras, bem como preocupações inflacionárias no mundo, à medida que as dúvidas sobre o fim da guerra ucraniana, que já dura pouco mais de um mês, tendem a continuar pressionando as cotizações das commodities. Neste sentido, é crescente para que bancos centrais como o Fed acelerem o ritmo de alta dos juros, na tentativa de conter a inflação.

Isto é Dinheiro

Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S/A

CNPJ: 16.832.157/0001-13

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Balanços patrimoniais, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, Circulante, Passivo e patrimônio líquido, Capital social, Capital a reservar, Reserva legal, Reserva de contingências, Lucros retidos acumulados, Lucros Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoque, Impostos a recuperar, etc.

1. Contexto operacional: A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba - SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de efluentes sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

1.1. Impactos do COVID-19: A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 4 - reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; Nota Explicativa nº 6 - definição de vida útil do ativo intangível; Nota Explicativa nº 10 - reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota Explicativa nº 12 - reconhecimento de receita; e Nota Explicativa nº 15 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.2.2. Receita de contrato com cliente: Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Receita de serviços de água e esgoto: A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água. Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. 2.3. Instru-

mentos financeiros: Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação. As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida), (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida), (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados, (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais), (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida): A Empresa avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. (b) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis incluídos no ativo financeiro atual. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflète os direitos e obrigações que a Companhia reteve. O envolvimento continuado toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido e mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Companhia pode ser obrigada a pagar. Impairment de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras

Table with columns: Demonstrações do resultado, Demonstrações dos fluxos de caixa, Receita líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais: Gerais e administrativas, Outras receitas e despesas operacionais, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Lucro operacional antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Resultado líquido do exercício, Lucro por ação - básico e diluído - R\$. Rows include Receita líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro operacional antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Resultado líquido do exercício, Lucro por ação - básico e diluído - R\$.

contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxa ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 8. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.4. Intangível: A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso. 2.5. Impairment de ativo não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. 2.6. Tributação: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. 2.6.1. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. 2.6.2. Impostos diferidos: Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. 2.7.

Table with columns: Demonstrações dos fluxos de caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Provisões: As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.8. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para >>>Continua...

Rio Bravo Investimentos Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.039.970/0001-94

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Rio Bravo Investimentos Holding S.A. relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório do auditor independente sobre o exame de auditoria.

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table with columns for 2021 and 2020, split into Circulante and Líquido sections. Includes items like Caixa, Obrigações, and Patrimônio Líquido.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity for 2021 and 2020, detailing capital social, reserves, and other components.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Rio Bravo Investimentos Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil...

versíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. b) Rendas a receber: Os serviços a receber são compostos, substancialmente, pelas taxas de administração de fundos e tem o prazo médio estimado de recebimento de até o 10º dia útil do mês subsequente.



100% 40,37% Rio Bravo Investimentos Ltda. 99,96% 99,91% Fundamental Investimentos Ltda. 99,98% 99,98% Rio Bravo Financeira Participações S.A. 100% 100% Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda 99,99% 99,99%

Demonstração dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table showing income statement data for 2021 and 2020, including Receitas operacionais, Despesas operacionais, and Lucro líquido por ação.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table showing comprehensive income statement data for 2021 and 2020, including adjustments for non-controlling interests.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table showing cash flow statement data for 2021 and 2020, categorized by operating, investing, and financing activities.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Resultados antes do imposto de renda e da contribuição social antes distribuição dos dividendos

Table showing results before tax and social contribution for 2021 and 2020, including adjustments for reconciling net income to cash flows.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

demonstrações financeiras. j) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

continua ...

... continuação

Rio Bravo Investimentos Holding S.A.

24. Outros assuntos – Efeito do COVID-19: Diante da pandemia do COVID-19, a Rio Bravo continua adotando medidas para minimizar quaisquer impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e consequentemente, à sua operação. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de

Saúde (OMS), do governo do Estado e da Prefeitura. Os colaboradores estão desde final de março de 2020 trabalhando em regime de home office e as visitas presenciais a nossos clientes, parceiros e viagens foram suspensas, tendo sido substituídas por reuniões virtuais, e as instalações da unidade da Rio Bravo têm seguido todas as orien-

tações oficiais de higiene e saúde. A administração está monitorando constantemente os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos. Até o presente momento, não há fatos relevantes que remetam a um impacto nas demonstrações financeiras do Consolidado.

Paulo André Porto Bilyk – Diretor

Henrique Luiz Gonzaga – Contador CRC 1SP 256.056/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Bravo Investimentos Holding S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Bravo Investimentos Holding S.A. ("Controladora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Bravo Investimentos Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Controladora e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Controladora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Controladora e/ou as empresas do Consolidado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Controladora e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Controladora e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Controladora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Controladora e o Consolidado a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora
CRC 1SP 272.354/O-1

STJ: Justiça Federal deve avaliar litígio de R\$ 8 bi entre BR Distribuidora e Grupo Forte

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria, que caberá à Justiça Federal, e não Estadual, analisar um recurso da União em um processo bilionário envolvendo o Grupo Forte e a antiga BR Distribuidora (hoje Vibra Energia S/A), que pode chegar a R\$ 8 bilhões.

O processo envolve um suposto rompimento ilegal de contrato entre a BR Distribuidora e o Grupo Forte. Em 1998, as empresas firmaram contratos relacionados à

emissão de debêntures para reestruturar o Grupo Forte. A Petrobras, no entanto, não concordou com os pontos do plano e o contrato, então, foi rescindido, o que fez com que o grupo ingressasse com uma ação para ressarcimento no Poder Judiciário.

Em 2009, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou a BR Distribuidora, à época subsidiária da Petrobras. Em 2018, a Quarta Turma do STJ anulou a condenação do tribunal paulista por erros processuais e devolveu o caso à Justiça de SP

para realização de novo julgamento.

A União, então assistente da BR Distribuidora no processo, foi ao STJ requerer que caberia ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) passar a julgar atos do caso, e não à Justiça Estadual de São Paulo.

O ministro Francisco Falcão, monocraticamente, votou para remeter o processo à Justiça Federal em 2020. Em outubro do ano passado ele reafirmou sua posição, mas o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do minis-

tro Luis Felipe Salomão.

Nesta quarta, Salomão votou para rejeitar o recurso da União, mas ficou vencido. A maioria do Tribunal entendeu que, já que a União ingressou no processo, não é possível que a Justiça Estadual analise mais atos do processo.

Advogados das empresas afirmam que, a depender, agora, do julgamento de embargos de declaração pelo TRF-3, o valor da condenação, que pode chegar a R\$ 8 bilhões, pode ser reduzido, desde que os juízes do Tribu-

nal acatem o recurso impetrado pela BR.

O Grupo Forte contestou o ingresso da União no processo judicial, já que a BR Distribuidora foi privatizada. "Por que a União interveio somente após mais de 20 anos de trâmite processual e de uma década da condenação imposta pelo e. TJSP, e em terceira instância (recebendo o processo no estado em que se encontrava)?" questionou a empresa em memorial apresentado aos ministros do STJ.

Isto é Dinheir

Dow Jones e S&P 500 caem após 4 dias de ganhos em meio a bombardeios russos na Ucrânia

As ações dos Estados Unidos caíram nesta quinta-feira, com os índices Dow Jones e S&P 500 encerrando uma sequência de quatro sessões de ganhos após declínio nos sinais de progresso nas negociações de paz entre Ucrânia e Rússia e em meio a perspectiva de que posicionamento mais agressivo do banco central dos EUA no combate à inflação possa reprimir o crescimento econômico.

O S&P 500 recuperou mais de 5% em março, depois de iniciar o ano com duas quedas mensais consecutivas. Ainda assim, o índice de referência está a caminho de seu primeiro declínio trimestral desde o primeiro trimestre de 2020, quando a pandemia de Covid-19 nos EUA estava com força total. Os

preços das ações têm reagido às notícias sobre negociações para resolver o impasse gerado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Preços de commodities, como petróleo e metais, saltaram desde o início da guerra e alimentaram a inflação norte-americana já em alta.

O índice S&P 500

fechou em queda de 0,63%, a 4.602,45 pontos. O Dow Jones caiu 0,19%, a 35.228,81 pontos. O índice de tecnologia Nasdaq Composite recuou 1,21%, a 14.442,28 pontos. O índice de energia do S&P 500 teve a maior alta na sessão, com ganho de 1,17%. O setor avançou quase 40% este ano, o que marcaria seu

desempenho trimestral mais forte de todos os tempos. O setor é atualmente um dos três únicos positivos no ano e ultrapassou em muito o desempenho mais próximo, do índice de serviços públicos, que subiu quase 4% no ano, mas fechou em um recorde de alta pelo quarto pregão consecutivo.

Isto é Dinheir

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

continua • Viação Piracicabana S.A.

Table with columns: Reembolso de software, Aluguel, Mútuos, Outras obrigações. Rows include Passivo, BR Mobilidade, Breda Logística, Breda Serviços, etc.

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

Table with columns: Tipo de operação, Receita, Custos administrativos, Despesas financeiras, Resultado financeiro. Rows include BR Vias, Comportê Expresso, União Expresso, Itamarati, etc.

*Refere-se a serviços prestados de fretamento pela Viação Piracicabana S.A. a Gol Linhas Aéreas. A contrapartida de saldo a receber é devidamente registrada na rubrica de contas a receber.

Table with columns: Ativo circulante, Ativo não circulante, Ativo Total, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, etc.

11. Imobilizado: 11.1. Composição:

Table with columns: Custo, Depreciação acumulada, Valor líquido. Rows include Veículos de passageiros - Próprios, Edificações e melhoramentos - Próprios, etc.

(a) Refere-se a basicamente a baixas de adiantamentos de imobilizado, obras em andamento, renemunsração de contratos de direito de uso de edificações e melhoramentos por conta de reajustes de parcelas (índices), redução ou suspensões de pagamentos e transferência entre grupos de contas de veículos de passageiros de direito de uso. (b) Refere-se a incorporação da Breda Serviços S.A, empresa do Grupo Comportê no qual a Viação Piracicabana detinha participação.

11.3. Movimentação da depreciação:

Table with columns: Saldo 2020, Depreciação (a), Depreciação (b), Outras Movimentações (a), Outras Movimentações (b), Saldo 2021. Rows include Veículos de passageiros - Próprios, Edificações e melhoramentos - Próprios, etc.

(a) Refere-se a renemunsração de contratos de direito de uso de edificações e melhoramentos por conta de reajustes de parcelas (índices), redução ou suspensões de pagamentos e transferência entre grupos de contas de veículos de passageiros de direito de uso. (b) Refere-se a incorporação da Breda Serviços S.A, empresa do Grupo Comportê no qual a Viação Piracicabana detinha participação.

8. Outros créditos. Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Adiantamentos a funcionários, Alienação de Bens (a), Aluguéis a receber, Seguros, etc.

(a) O saldo reflete a venda de veículos usados para terceiros e o reflexo em R\$ 5 milhões na incorporação da companhia Breda Transportes e Serviços S.A.

9. Depósitos. Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Cíveis, Penhora de crédito, Trabalhistas, Tributário.

10. Participações em controladas: 10.1. Participações societárias. Table with columns: Controladas, Participação societária, Distribuição antecipada de lucros, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE, Blumb Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda., etc.

10.2. Movimentação dos investimentos. Table with columns: Saldo em 31/12/2020, Distribuição de Lucros, Resultado de equivalência incorporado, Venda de participação, Saldo em 31/12/2021. Rows include BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE, Blumb Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda., etc.

10.3. Equivalência patrimonial. Table with columns: Participação %, Patrimônio líquido, Dividendos antecipados, Resultado do exercício, Equivalência Patrimonial, Investimento. Rows include BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE (*), Blumb Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda. (*), Breda Transportes e Serviços S.A., etc.

(* Em 30 de dezembro de 2021 a Companhia Viação Piracicabana S.A., passa a deter 1% do capital social.

10.4. Outras informações dos investimentos:

Table with columns: Passivo, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021, Custos e despesas do exercício, Resultado do exercício. Rows include BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE, Blumb Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda., Polaris Participações Ltda.

10.4. Outras informações dos investimentos: Apresentamos a participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas investidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Table with columns: Ativo circulante, Ativo não circulante, Ativo Total, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021, Custos e despesas do exercício, Resultado do exercício. Rows include BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE, Blumb Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda., Polaris Participações Ltda.

12.1. Composição. Table with columns: Amortização acumulada, Valor líquido, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021. Rows include Intangível, Softwares, Intangível em desenvolvimento.

Outras movimentações referem-se a projetos de telemetria/GTTrotta e obrigações de direito de concessão.

12.2. Movimentação da amortização. Table with columns: Saldo 2020, Amortização, Incorporação, Outras Movimentações, Saldo 2021. Rows include Intangível, Softwares.

13. Empréstimos e financiamentos. Table with columns: Modalidade, Taxa média de juros efetiva (a.a.), 2021, 2020. Rows include Empréstimos - capital de giro, Banco Safra, Banco do Brasil, etc.

13. Empréstimos e financiamentos (cont.). Table with columns: Modalidade, Taxa média de juros efetiva (a.a.), 2021, 2020. Rows include Banco Santander, Banco Mercedes Benz do Brasil, etc.

14. Debêntures. Table with columns: Circulante, Não circulante, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Debêntures, Arrendamento mercantil.

Garantias: Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos, possuem garantias conforme mencionadas abaixo: Modalidade: Empréstimos - Capital de Giro, Financiamentos. Alienação fiduciária dos bens financiados.

Banco do Brasil: 3ª Emissão: emitida pela Companhia Viação Piracicabana S.A. e refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante e fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 08 de março de 2019 e registrada na JUCESP sob nº 249.070/19-4 em 20 de março de 2019 a qual foi contraída pelo Banco do Brasil. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3. 4ª Emissão: emitida pela Companhia Viação Piracicabana S.A. e refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante e fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 13 de janeiro de 2020 e registrada na JUCESP sob nº 33.472/20-8 em 21 de janeiro de 2020 a qual foi contraída pelo Banco do Brasil. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo", acrescida de sobretaxa equivalente a 2,30% ao ano expressa na forma percentual ao ano base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3. Prazo de vigência e data de vencimento: 3ª Emissão: as debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 15 de março de 2024 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2019 e o último na data do vencimento. 4ª Emissão: as debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 21 de janeiro de 2025 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 21 de fevereiro de 2021 e o último na data do vencimento. Vencimento antecipado: O contrato estabelece que serão consideradas antecipadamente vencidas as debêntures, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores devidos na data em que tomar ciência da ocorrência de certas hipóteses, as quais são apresentadas em sua relevância, tais como: Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na emissão de Debêntures pela emissora ou pelos fiadores; Se a emissora ou os garantidores sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; Se a emissora, Controladora ou suas controladas requererem a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Emissora ou pelos fiadores com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário; Não observância, pela emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Escritura; Transformação da Emissora em sociedade limitada; Redução de capital social da emissora ou da Controladora sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas; Pagamento de dividendos pela emissora ou fiadores superiores a 25% do lucro líquido apurado no exercício social, exceto aos dividendos referentes a exercícios anteriores conforme montante estipulado na escritura; Sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou dos fiadores, desde que impossibilite o cumprimento das obrigações relativas a oferta restrita; A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente, exceto em relação ao disposto na cláusula 5.4.1 do inciso XXXIV, da 3ª e 4ª emissões de debêntures, considerando que referido desenquadramento será objeto de deliberação dos Debenturistas, a serem convocados pelo agente fiduciário, para a Assembleia Geral, nos termos do disposto na cláusula 5.4.3 das Escrituras de Emissões. Diante disso, a Companhia classificou todo o valor relativo a 3ª e 4ª emissões de debêntures no passivo circulante, em atendimento ao que está definido no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Garantias: Como garantias, os debenturistas contarão com privilégio geral sobre os ativos da emissora, sem qualquer impedimento à negociação ou oneração desses bens. Banco Safra: Se trata da 5ª emissão de debêntures da Companhia Viação Piracicabana S.A., a emissão refere-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfica, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, a escritura de emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 22 de junho de 2021 e registrada na JUCESP sob nº 323.561/21-4 em 06 de julho de 2021 a qual foi contraída pelo Banco Safra. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI - Depósitos Interfinanceiros mais 3,65% ao ano. Prazo de vigência e data de vencimento: As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se em 28 de junho de 2026 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das debêntures. A remuneração está sendo paga mensalmente, observado o período de carência de seis meses contados da data de emissão, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 28 de janeiro de 2022 e o último na data do vencimento. Vencimento antecipado: Serão consideradas antecipadamente vencidas as debêntures, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário não amortizado das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores devidos na data em que tomar ciência da ocorrência de certas hipóteses, as quais serão apresentadas em sua relevância, tais como: Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na emissão de Debêntures pela emissora ou pelos fiadores; Se a emissora ou os garantidores sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada de determinados valores; Se a emissora, Controladora ou suas controladas requererem a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Emissora ou pelos fiadores de determinados valores; Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário; Não observância, pela emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Escritura; Transformação da Emissora em sociedade limitada; Redução de capital social da emissora ou da Comportê sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas; Sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora que representem ao menos 10% do Patrimônio Líquido imediatamente anterior ao fato; Alteração do objeto social da emissora que resulte em alteração relevante no setor de atuação sem prévia autorização da maioria dos Debenturistas; Pagamento de dividendos pela emissora ou fiador superior a 25% do lucro líquido apurado no exercício social, se estiver em mora com o cumprimento das obrigações pecuniárias da escritura. A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2021 está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente. Garantias: Como garantias, as debêntures contarão com hipoteca os imóveis indicados: Imóvel objeto da matrícula nº 37.319 do Segundo Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo - SP; Imóvel objeto da matrícula nº 107.538 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; Imóvel objeto da matrícula nº 107.539 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; Imóvel objeto da matrícula nº 137.481 do Terceiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas - SP; Imóvel objeto da matrícula nº 174.454 do Décimo Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; Imóvel objeto da matrícula nº 120.963 do Décimo Oitavo Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP. 15. Arrendamentos

Table with columns: Indexador, Taxa média de juros efetiva (a.a.), 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Arrendamento Mercantil, Banco Safra.

Table with columns: Indexador, Taxa média de juros efetiva (a.a.), 2021, 2020. Rows include Banco Mercedes Benz do Brasil, Banco Volvo, Money Plus, Banco Moneo.

Arrendamento - Direito de uso. Table with columns: Arrendamento a pagar, Juros a apropriar. Rows include Arrendamento a pagar, Juros a apropriar.

Circulante. Table with columns: Não circulante, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Debêntures, Arrendamento mercantil.

17. Obrigações tributárias. Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Depósito judicial ICMS, COFINS a recolher, Créditos tributários (a), ICMS a recolher, INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Arrendamento financeiro. Table with columns: 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, Total. Rows include Arrendamentos financeiros, Capital de giro, Conta Garantida, Debêntures, Financiamentos, Arrendamentos - Direito de uso.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include INSS retido de autônomos e pessoas jurídicas, IRRF a recolher, ISS a recolher, INSS retido de terceiros a recolher, PIS / COFINS / CSLL retenções de 3º a recolher, PIS a recolher.

continua

continua • Viação Piracicabana S.A.

Table with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020' under '17. Obrigações tributárias' and '18. Parcelamentos fiscais'.

(a) Em 2016, o departamento jurídico do grupo admitiu teses sobre a apuração, que excluem o ICMS e ISS da base do cálculo do INSS. Para isto a Companhia, iniciou um processo administrativo para recuperação destes créditos. Considerando que todas as tomadas de créditos ainda não foram homologadas, a título de garantir o postulado da prudência, adotamos o registro dos passivos referentes a esta obrigação até que o processo esteja transitado e julgado. Em 31 de dezembro de 2021 o processo continua em andamento.

Table for '19. Obrigações trabalhistas' with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020'.

Em 2020, a Companhia adotou o parcelamento dos impostos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) que foram disponibilizados pelo governo federal para minimizar os impactos da pandemia na economia.

Table for '20. Passivos contingenciais' with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020'.

(a) O saldo refletido em despesas tributárias referem-se parcialmente aos débitos inscritos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS)

Table with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020' under 'Processos civis', 'Processos trabalhistas' and 'Processos tributários'.

(a) Processos civis: Os processos civis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, por parte de seus clientes. (b) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. (c) Processos tributários: Referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais da Companhia. 20.2. Mapa de movimentação dos passivos contingenciais: A seguir, apresentamos movimentação do grupo durante o exercício:

Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Saldos em 2021

Em função da vasta quantidade de processos dos quais a Companhia está envolvida e as particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. Além das provisões para contingências registradas, encontram-se envolvidas em outras demandas judiciais, que nos nossos assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição abaixo:

Table with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020' under 'Processos civis', 'Processos trabalhistas' and 'Processos tributários'.

Outras contingências poderão advir de eventuais fiscalizações, pois os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes, quer seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, de acordo com a legislação vigente. A Administração é de opinião que em 31 de dezembro de 2021 não era conhecida qualquer contingência significativa, além das já registradas e divulgadas em suas demonstrações financeiras. 21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital social: O capital social subscrito no valor de R\$148.225 (R\$78.142 em 31 de dezembro de 2020), é composto por 51.227.335 ações, possuídas por pessoas jurídicas residentes no País. Em julho de 2021 a companhia incorporou a Breda Transportes e Serviços S.A. resultando na subscrição do aumento do capital da incorporadora no montante de R\$70.083 sem a emissão de novas ações com a consequente extinção da companhia Breda Transportes e Serviços S.A, incluindo o cancelamento de suas ações.

Table with columns: Acionistas, Comporte Participações S.A, Giarus Serviços Tecnologia e Participações Ltda.

21.2. Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de R\$30.986 refere-se a subvenção governamental decorrente da Lei do Bem nº 11.196/05. 21.3. Reserva legal e Prejuízos acumulados: Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07 e com o estatuto social da Companhia, do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução, destinou-se: I) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; II) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/76, destinou-se ao 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios a todos os seus acionistas.

Table with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020' under 'Prejuízos acumulados', 'Reserva de incentivos fiscais', 'Reserva legal', 'Compensação de prejuízos', 'Resultado de incorporação', 'Resultado do exercício'.

Table for '22. Receita líquida' with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020'.

23. Custos, receitas (despesas) operacionais: Apresentamos a seguir, os custos, receitas e despesas da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Table for '24. Resultado financeiro' with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020'.

25. Imposto de renda e contribuição social: Provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Table with columns for '31/12/2021' and '31/12/2020' under 'IRPJ sobre Prejuízos Fiscais', 'CSLL sobre base negativa', 'Diferenças Temporárias'.

Table for '26. Despesas operacionais' with columns: Custos comerciais, Despesas gerais e administrativas, Outras receitas operacionais, Total, %.

(a) A companhia possui incentivo fiscal decorrentes da Lei nº. 11.196/2005, também conhecida como Lei do Bem, que autoriza a utilização de incentivos fiscais pelas pessoas jurídicas que realizem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica com o objetivo de estimular investimentos privados. A companhia constantemente investe em inovações que possam melhorar a experiência dos serviços prestados e fornecer conforto e qualidade aos nossos clientes. 26. Cobertura de seguros (não auditado): Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestação de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: Responsabilidade civil para danos causados a terceiros: São contratados Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatórios (RCO), Seguros de Responsabilidade Civil Facultativos de Veículos (RCF-V) e Seguros de Responsabilidade Civil (RC/VLT).

Table for '27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos' with columns: RCO, RCF-V, Vigência.

Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros. Beneficiário Controladas Garantia LMI Vigência Prefeitura do Distrito Executante 06/06/2021 a 06/06/2022 Federal concessionário 6.356.021,12 06/06/2022 Prefeitura de Praia Grande Executante 28/12/2021 a 28/12/2022 Viacão Piracicabana S.A. concessionário 1.707.605,34 28/12/2022

Outros seguros: As demais situações de seguros contratados são: Seguros contratados Cobertura Vigência Contra incêndios em edificações 50.000,00 a 1.000.000,00 23/05/2021 a 03/08/2022 Roubo de valores em guichês e garagens de ônibus 5.000,00 a 25.000,00 23/05/2021 a 03/08/2022 Veículos de apoio 10.000,00 a 100.000,00 16/01/2021 a 11/03/2022 Fiança locatícia 204.000,00 07/06/2021 a 07/06/2022 Vida em grupo para colaboradores 10.000,00 a 32.864,10 01/12/2021 a 30/11/2022

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia correspondem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar nacionais e estrangeiros, arrendamentos financeiros e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: (a) Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a suas, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (c) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. (d) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. (e) Risco com taxas de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. (f) Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: Caixa e equivalentes de caixa: O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. Conta a receber e a pagar: Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliados pelo conceito de custo amortizado. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos: Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Table for '28. Mensurados pelo custo amortizado' with columns: Ativo circulante, Ativo não circulante, Total Ativo.

Table for '29. Passivo circulante' with columns: Passivo circulante, Total Passivo.

Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considere parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

Table for '30. Índice de alavancagem financeira' with columns: Índice de alavancagem financeira.

Table for 'DIRETORIA' with names: Paulo Sérgio Coelho, Maria Zélia R.S. França, Kelly C. Tonin Damasceno.

Publicidade Legal

continua • **Viação Piracicabana S.A.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Acionistas e Administradores da **Viação Piracicabana S.A.**, Piracicaba – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Viação Piracicabana S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viação Piracicabana S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Direitos de concessão:** Conforme mencionado no item (ii) da nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia viabiliza a operacionalização de algumas linhas de transporte mediante direitos de concessão, sendo que algumas linhas de transporte intermunicipais estão sendo operadas com contratos vigentes por prazo indeterminado, uma vez que estão vinculados a abertura de novas licitações públicas. O efeito desse assunto não está mensurado nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Demonstração do resultado abrangente:** Conforme nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a Companhia não possui outros itens de resultado abrangente além do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em virtude disso, não é apresentada uma demonstração do resultado abrangente (DRA). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado

(DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de março de 2022.

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/0-7Anderson Marques Yoshimura
Contador - CRC 1SP-293.997/0-3

Fazenda Santa Cecília Participações S/A					
CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99					
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)					
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.153.305,35	1.047.356,09	Circulante	1.398,40	1.278,59
Caixa e equivalentes de caixa	9.693,60	2.569,29	Contas a pagar	–	940,50
Estoques	1.044.786,80	1.044.786,80	Tributos a recolher	1.398,40	338,09
Outros créditos	98.824,95	–	Não Circulante	198.710,70	272.458,88
Não Circulante	–	190.543,45	Empréstimos Nacionais	198.297,14	265.951,06
Realizável a longo prazo	–	190.543,45	Tributos a recolher	413,56	6.507,82
Permanente	–	–	Patrimônio Líquido	953.196,25	964.162,07
Total do Ativo	1.153.305,35	1.237.899,54	Capital social	1.044.788,00	1.044.788,00
			(-) Prejuízos Acumulados	(80.625,93)	(64.703,13)
			(-) Prejuízo do Exercício	(10.965,82)	(15.922,80)
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.153.305,35	1.237.899,54
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano de 2021 (Valores Expressos em Reais – R\$)					
A Fazenda Santa Cecília Participações S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 – KM 96, Sala A Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.385.018/0001-99, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2021. Nota 1 – Contexto Operacional – A Fazenda Santa Cecília Participações S.A., tem como objeto social: i. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (holding não financeira). Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. Nota 3 – Sumária das Práticas Contábeis – Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. a) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante – Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. b) Caixa e equivalentes de caixa – Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa e depósitos bancários até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). c) Aplicações Financeiras – Aplicações financeiras de curto prazo correspondente a operações realizadas com Instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica a alta liquidez, o baixo risco de crédito, sendo remunerados pelas taxas praticadas no mercado financeiro. (Vide nota explicativa nº 6). d) Outros Créditos – Tributos a recuperar/compensar, pago a maior ou indevidamente. Transferência do mútuo com a Playax Internet Ltda, firmado em 24 de junho de 2016 no valor de R\$ 163.059,82, atualizado à taxa referencial TR, acrescida de Spread de 4% ao ano, calculados pro-rata-die, com prazo de pagamento de 30 meses, na qual a mutuante poderá optar pela conversão do valor do mútuo em participação societária com direito a voto no capital social da mutuária a qualquer tempo, entre 05 de julho de 2016 e a data de vencimento do mútuo. Em 28 de novembro de 2018, houve a alteração no prazo de pagamento para 48 meses, por meio dos competentes aditivos contratuais e findado o prazo, os Credores manifestaram sua expressa intenção em não converter o mútuo em participação societária da Mutuária. Em 14 de setembro de 2020, assinado o Instrumento Particular de Renegociação de Mútuo e Outras Avenças, que ficou acordado os valores a serem pagos de Principal e Juros a partir da assinatura deste documento. (Vide nota explicativa nº 7). e) Estoques – Estão classificados os seguintes imóveis: e-1) Pelo valor de R\$ 1.019.915,42 (um milhão, dezanove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos) a sua propriedade de 1/3 do imóvel matriculado sob nº 6.198 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília; e-2) Pelo valor de R\$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/SP, assim descrito e caracterizado como Sítio Santo Antônio. (Vide nota explicativa nº 8). f) Contas a Receber a Longo Prazo – Mútuo com a Playax Internet Ltda, transferido para Circulante (Vide nota explicativa nº 9). g) Contas a pagar – Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 10). h) Obrigações tributárias – Classificamos os impostos incidentes sobre a receita financeira da Entidade, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). (Vide nota explicativa nº 11). i) IRPJ e CSLL – O imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de Renda é computado sobre a base de cálculo do lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% quando a base exceder R\$ 60 mil no trimestre, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo do lucro tributável. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL são calculados pela presunção de 32% sobre as receitas provenientes da prestação de serviços e 100% sobre as receitas financeiras, as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. (Vide					

Petróleo fecha em alta, com guerra na Ucrânia, dado

Os contratos futuros de petróleo fecharam com ganhos, nesta quarta-feira, em quadro de menos otimismo sobre uma solução rápida no conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, o dólar recuou na sessão, o que tende a apoiar a commodity, com notícias do setor também em foco.

O contrato do WTI para maio fechou em alta de 3,43% (US\$ 3,58), a US\$ 107,82 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho avançou 3,46% (US\$ 3,73), a US\$ 111,44 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O ANZ afirma que o petróleo subia hoje em meio a “mais dúvidas sobre as intenções da Rússia na Ucrânia. Em linha similar, a Rystad Energia aponta que o alívio de terça com a expectativa de que Moscou recuará em suas operações militares não foi visto hoje, após o Kremlin dizer que não houve reviravolta nas conversas de terça

Os contratos se recuperaram das baixas da terça-feira. Além disso, mesmo com as declarações iniciais de terça sobre avanços nas conversas entre Rússia e Ucrânia, havia também ceticismo sobre a postura de Moscou e potências do Ocidente não descartavam novas sanções. No câmbio, o dólar recuou durante a sessão, o que torna o petróleo mais barato para os detentores de outras moedas e tende a apoiar a demanda.

Isto é Dinheiro

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	Notas	2021	2020	Notas	2021	2020	Capital Social	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.675.939	88.158							
Contas a receber clientes		4.108	4.108							
Tributos a recuperar	5	357.090	282.312							
Adiantamento a fornecedores	6	2.510.689	281.920							
Outras contas a receber		75.722	22.100							
Despesas antecipadas		398.722	184.567							
		6.022.271	863.166							
Não circulante										
Imposto diferido	16	14.572.365	10.075.702							
Imobilizado		14.597	11.816							
Intangível	7	136.069.381	114.714.465							
		150.656.342	124.801.983							
Total do ativo		156.678.613	125.665.149							
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	2.465.163	34.950.409							
Fornecedores	9	553.290	4.868.125							
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	3.646.370	2.911.702							
Outras contas a pagar		143.750	617.726							
		6.808.573	43.347.963							
Não circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	55.622.701	11.650.136							
Concessões e serviços públicos a pagar	7	42.838.109	36.132.659							
Partes relacionadas	11	57.707.915	41.992.506							
		156.168.726	89.775.302							
Patrimônio líquido	12									
Capital social		22.000.000	12.100.600							
Prejuízos acumulados		(28.298.686)	(19.558.716)							
		(6.298.686)	(7.458.116)							
Total do passivo e patrimônio líquido		156.678.613	125.665.149							

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE		
	Notas	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	13	-	579.778		
Custo dos serviços prestados		(87.297)	(113.637)		
Lucro bruto		(87.297)	466.141		
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	14	(7.365.422)	(10.046.950)		
Despesas com pessoal		(1.334.103)	(2.052.765)		
Despesas administrativas		(5.958.944)	(7.965.097)		
Despesas tributárias		(72.376)	(29.088)		
Despesa de amortização	14	(1.819)	(3.297.246)		
Outras receitas (despesas) operacionais		50.936	-		
		(7.316.306)	(13.344.196)		
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15	89.585	13.527		
Despesas financeiras	15	(5.922.616)	(11.715.174)		
		(5.833.030)	(11.701.647)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.236.663)	(24.579.702)		
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	4.496.663	8.357.099		
Prejuízo do exercício		(8.739.970)	(16.222.603)		
Total do resultado abrangente do exercício		(8.739.970)	(16.222.603)		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Notas	2021	2020
Prejuízo do exercício		(8.739.970)	(16.222.603)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos:			
Depreciação e amortização	7	1.819	3.297.246
Juros sobre empréstimos	8	622.233	5.659.428
Juros sobre mútuos	11	4.231.068	5.136.130
Juros sobre debêntures - intangível		9.239.746	-
Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	16	(4.496.663)	(8.357.099)
Aumento nos ativos operacionais:			
Despesas antecipadas		(214.155)	12.372
Adiantamentos a terceiros	6	(2.406.597)	(270.620)
Recebimentos de clientes		-	(4.108)
Tributos a recuperar	5	(74.778)	(282.312)
Outros ativos		(53.622)	-
Aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores	9	(4.126.842)	4.848.802
Obrigações tributárias e trabalhistas	10	724.503	2.186.379
Outras contas a pagar		(473.976)	617.726
Concessão de serviços públicos	7	6.705.450	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		938.216	(2.748.660)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado		(4.600)	(12.058)
Aquisição de intangível	7	(21.354.916)	(1.950.647)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(21.359.516)	(1.962.706)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados de terceiros / debêntures	8	55.000.000	-
Pagamento de empréstimos e debêntures - principal		(48.617.137)	-
Pagamento de juros s/ empréstimos e debêntures	8	(4.757.525)	(6.559.428)
Empréstimos tomados de partes relacionadas	11	27.224.342	24.356.300
Pagamento de partes relacionadas - principal		(15.449.099)	-
Pagamento de juros s/ partes relacionadas		(290.901)	-
Integralização de capital	12	9.899.400	1.100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(15.000.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		23.009.079	4.796.872
Acréscimo caixa e equivalentes de caixa		2.587.781	85.506
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	88.158	2.652
No final do exercício	4	2.675.939	88.158
Acréscimo caixa e equivalentes de caixa		2.587.781	85.506

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional: A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Tabapuã, 888, conjunto 18 Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de Gestão de instalações esportivas, gestão e administração da propriedade imobiliária, construção de edifícios, atividades de museus, exploração de lugares, prédios históricos e atrações similares. A Companhia tem como objeto a prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo de Machado de Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, bem como a realização de construção na área de concessão pública, conforme disposições contidas no contrato de concessão celebrado no âmbito da concorrência internacional nº 01/SEME/2018, realizada pelo município de São Paulo. A Companhia em 31 de dezembro de 2021 apresenta capital circulante líquido e patrimônio líquido negativos por estar em fase de investimento e ainda não ter operação. O prazo para reforma do complexo está prevista para ser concluído em 23 meses. Após esse prazo o complexo entrará em operação, quando passará a gerar receita recorrente e geração de caixa para fazer frente aos compromissos assumidos.

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. **2.1. Declaração de conformidade:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 10 de março de 2022. As demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Intepretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma. **Políticas contábeis das demonstrações contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Instrumentos financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** Os principais impactos da adoção do CPC 48 - instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio de resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Empresa não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para instrumentos derivativos. c) **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. d) **Intangível:** Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Pacaembu) pelos usuários, mesmo quando o retorno tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. e) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. f) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. g) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). h) **Impostos diferidos:** O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/ R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) - tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda

Publicidade Legal

continuação

base no índice CDI, e acrescidos a taxa de juros de 7,44% (sete vírgula quarenta e quatro por cento) a.a. Conforme definido em contrato, está previsto a quitação em parcela única em até 31 de dezembro de 2022. A seguir, estão demonstradas as movimentações das operações de mútuo e conta corrente:

	2021	2020
Progen S.A.	54.322.075	38.920.208
Conta corrente coligadas	3.385.840	3.072.298
	57.707.915	41.992.506
(a) Movimentação:		
Saldo no início do exercício	41.992.506	12.500.076
Captação de mútuo	12.923.532	22.339.511
Juros incorridos s/mútuo	4.231.068	5.136.130
IRRF retido s/mútuo	(1.752.733)	(1.055.509)
Captação como conta corrente	313.542	3.072.298
	57.707.915	41.992.506

12. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o total subscrito e integralizado é de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), composto de 22.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1 cada uma. Em 25/10/2021 o acionista Savona Fundo de Investimento e Participações aportou o valor de R\$ 9.899.400 (nove milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quatrocentos reais) para a integralização do capital social da Concessionária, conforme previsto no Estatuto Social. **13. Receita líquida:** A composição das receitas operacionais, por natureza é a seguinte:

	2021	2020
Receita de Locação de Espaços - Eventos	-	641.552
Receita de Estacionamento - Eventos	-	13.672
Catering	-	20.903
Receita Bruta de vendas	-	676.127
(-) Pis s/ vendas de serviços	-	(11.156)
(-) Cofins s/ vendas de serviços	-	(85.192)
Receita líquida de vendas	-	579.779
14. Despesas gerais e administrativas: A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:		
	2021	2020
Com pessoal	(1.334.103)	(2.052.765)
Serviços terceiros	(2.543.549)	(1.572.020)
Impostos e taxas	(72.376)	(29.088)
Despesas gerais e administrativas	(3.415.395)	(6.393.077)
Depreciação e amortização	(1.819)	(3.297.246)
Outras receitas (despesas) operacionais	50.936	-
	(7.316.306)	(13.344.196)

A DIRETORIA

15. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receita Financeira: Juros recebidos ou auferidos:	(89.585)	(13.527)
Sobre aplicações financeiras	(89.585)	(13.527)
Despesa Financeira: Despesas bancárias	147.088	19.999
Juros s/ empréstimos	622.233	5.659.428
Juros s/ mútuos com partes relacionadas	4.231.068	5.136.130
Imposto sobre operações financeiras - IOF	886.602	886.054
Mora/ multa	27.494	7.964
Varição cambial	8.131	5.599
	5.922.616	11.715.174
	5.833.030	11.701.647

Resultado financeiro líquido

16. Imposto de renda e contribuição social diferida: O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes do prejuízo fiscal, conforme segue:

	2021	2020
Prejuízo fiscal	(13.236.633)	(24.579.702)
Base para IR e CSLL diferido	11.153	-
Adições (+)	34%	34%
Aliquota (%)	4.496.663	8.357.099
IR e CS diferido ativo	4.496.663	8.357.099

Constituição dos impostos diferidos

17. Gestão de Risco: As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Classificação de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo, e no entendimento da Administração da Companhia não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Classificação	2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	2.675.939	88.158
Contas a receber	Valor justo	4.108	4.108
		2.680.048	92.266

	Classificação	2021	2020
Passivos			
Fornecedores	Valor justo	553.290	4.868.125
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	58.087.864	46.600.545
Partes relacionadas	Custo amortizado	57.707.915	41.992.506
		116.349.070	93.461.176

Risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. **Risco de liquidez:** Os principais passivos financeiros da Companhia são fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Estes saldos possuem vencimentos inferiores há um ano. **Gestão de risco de capital:** A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido empréstimos, financiamento e debêntures, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa e o patrimônio líquido da Companhia. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **Valor justo:** Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

	2021	2020
Passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	58.087.864	46.600.545
	58.087.864	46.600.545
Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa	2.675.939	88.158
	2.675.939	88.158
Dívida líquida	55.411.925	46.512.387
Patrimônio líquido	6.298.686	7.458.116
Índice de endividamento	8,7974	6,2365

18. Seguros (não auditado): Riscos de engenharia e outros: A Concessionária possui apólice de seguro nº 061902021810107750022625 na modalidade de construção, concessão, fornecimento ou prestação de serviço o contrato de seguro garante indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da Concorrência Internacional nº 001/SEME/2018, Processo 6071.2018/000124-3, que tem por objeto a Concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu. Valor Global do Contrato: R\$ 752.409.974,07 (setecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais, e sete centavos). Valor da Garantia (5%): R\$ 37.620.498,70 (trinta e sete milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta centavos). **19. Eventos subsequentes:** Em março de 2022, a Concessionária aprovou a securitização da Companhia por meio da emissão de certificado de recebíveis imobiliários junto a True Securitadora S.A., com previsão de captação do valor de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) para andamento da reforma do projeto de modernização, gestão, operação e manutenção do complexo Pacaembu. Com essa captação a companhia liquidará antecipadamente o saldo do endividamento atual apresentado na Nota nº 08.

CONTADORA: Lucinéia Roque Antunes - CRC 1SP 261.905/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP 013846/O-1Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1 SP 223326/O-3

Cemig espera concluir desinvestimentos na Taesa e em outras empresas ainda em 2022

A Cemig está seguindo com seu plano de desinvestimentos e espera concluir a venda de suas participações na transmissora Taesa e outros ativos ainda neste ano, disseram executivos da companhia nesta quarta-feira.

Em teleconferência de resultados, o CEO da Cemig, Reynaldo Passanezi, ressaltou que a estatal mineira deu importantes passos no ano passado com os desinvestimentos na Light e Renova Energia —esse último ainda está em fases finais de conclusão.

Segundo ele, a Cemig prosseguirá com as vendas da Taesa, bem como da Aliança Energia (joint venture com a Vale), além de participações na Santo Antônio Energia (concessionária da hidrelétrica Santo Antônio) e Norte Energia (concessionária de Belo Monte).

À Reuters, o diretor financeiro da elétrica, Leonardo Magalhães, disse que a intenção é divulgar ao mercado um plano para a alienação das ações na Taesa, assim como foi feito no ano passado, quando a companhia chegou a lançar um processo compe-

titivo.

“Em 2021, lidamos com a CPI da Cemig, nosso foco acabou sendo distribuído em outros assuntos. Mas isso não mudou nosso interesse e compromisso... Queremos ser bastante transparentes nesse processo, dar oportunidade para todos os potenciais interessados.”

Segundo Magalhães, a companhia tem bancos e assessores contratados para auxiliar nesse e em outros desinvestimentos.

Ele avaliou ainda que a geradora renovável Aliança Energia é um ativo que se

mostra atrativo ao mercado, uma vez que tem baixo nível de endividamento e geração de caixa elevada.

Já as hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte envolvem conversas mais complexas —a Cemig busca compradores para sua fatia há anos, mas não conseguiu ainda fechar um acordo em condições atrativas, disse.

ENTRADA DE CAIXA:

A administração da Cemig ressaltou que as vendas de participações não estratégicas têm por objetivo a realocação de capital para investimentos no Estado de

Minas Gerais.

Segundo o diretor financeiro, a companhia continuará aumentando seus aportes na distribuição de energia, ao mesmo tempo em que pretende crescer em geração renovável e transmissão de energia.

No caso da transmissão, a estatal mineira deve participar do próximo leilão do governo, marcado para meados deste ano. A companhia vai se concentrar em disputar os lotes que envolvem projetos em Minas Gerais, disse Magalhães.

Reuters

Preços do petróleo sobem 3% com oferta apertada e expectativa de novas sanções à Rússia

Os preços do petróleo subiram cerca de 3% nesta quarta-feira, com outra redução nos estoques do produto nos Estados Unidos indicando oferta apertada, enquanto investidores estão preocupados com novas sanções ocidentais contra Moscou, à medida que as forças russas continuam a bombardear os arredores da

capital da Ucrânia.

Na terça-feira, a Rússia prometeu uma redução das operações em Kiev. O Ocidente minimizou essas promessas como um plano de Moscou para reagrupar as forças invasoras após elas sofrerem perdas significativas.

“Depois de serem enganados uma vez, muitos comerciantes que venderam

contratos em resposta às negociações de paz provavelmente não cometerão o mesmo erro na próxima vez que uma reunião Rússia-Ucrânia for seguida por comentários otimistas”, disse Jim Ritterbusch, presidente da Ritterbusch and Associates em Galena, Illinois.

Os contratos futuros do Brent subiram 3,22 dólares,

ou 2,9%, para fechar a 113,45 dólares o barril, enquanto o petróleo dos EUA (WTI) avançou 3,58 dólares, ou 3,4%, para fechar a 107,82 dólares.

Os estoques de petróleo dos EUA caíram 3,4 milhões de barris na semana passada, um volume acima do esperado, reduzindo os estoques do maior consumidor do mundo

para 410 milhões de barris, o menor desde setembro de 2018, mostraram dados do governo.

Contudo, os ganhos dos preços foram limitados por aumentos surpreendentes nos estoques de gasolina e derivados dos EUA na semana passada e pela menor demanda por ambos os produtos, disseram traders.

Reuters

PROGEN**Progen S.A.**

CNPJ/MF nº 57.748.204/0001-22

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)																
BALANÇOS PATRIMONIAIS																
Ativo	Controladora		Consolidado													
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020												
Circulante	483.970.093	350.533.382	485.615.015	389.918.784												
Caixa e equivalentes a caixa	82.478.853	15.083.017	82.479.042	52.815.988												
Contas a receber de clientes	352.012.979	288.363.204	352.020.269	288.370.495												
Tributos a recuperar	18.287.027	23.742.964	18.344.882	23.808.513												
Adiantamentos	29.643.989	22.513.345	31.223.577	24.092.937												
Despesas antecipadas	1.547.245	830.852	1.547.245	830.852												
Não circulante	108.807.728	126.876.202	106.475.540	87.537.652												
Partes relacionadas	62.121.791	82.348.373	60.330.886	43.141.976												
Depósitos judiciais	333.271	417.690	333.307	417.690												
Imposto diferido	4.815.892	4.815.892	4.816.115	4.815.892												
Investimentos	1.238.151	2.693.155	676.267	2.352.200												
Imobilizado	40.264.565	36.436.567	40.284.906	36.645.363												
Intangível	34.058	164.523	34.058	164.531												
Total do ativo	592.777.821	477.409.583	592.090.554	477.456.436												
Passivo e patrimônio líquido	195.328.848	295.576.738	196.667.926	297.000.883												
Circulante	195.328.848	295.576.738	196.667.926	297.000.883												
Fornecedores	16.973.609	17.385.224	16.981.959	17.393.578												
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.888.552	14.528.368	25.888.552	14.528.368												
Arrendamentos	8.731.475	5.648.827	8.731.475	5.648.827												
Obrigações trabalhistas e tributárias	86.097.306	203.389.090	86.406.809	203.783.620												
Provisão de férias e encargos sociais	42.036.864	26.610.917	42.036.864	26.610.917												
Adiantamentos	7.778.232	19.475.315	7.778.232	19.475.315												
Dividendos a pagar	7.485.682	5.939.819	7.485.682	5.939.819												
Outras contas a pagar	337.129	2.599.177	337.129	2.599.177												
Não circulante	281.020.084	89.479.521	279.013.713	88.117.532												
Fornecedores	1.844.150	1.412.241	1.844.150	1.412.241												
Empréstimos, financiamentos e debêntures	146.427.729	60.295.588	146.427.729	60.295.588												
Arrendamentos	4.711.174	11.300.449	4.711.174	11.300.449												
Obrigações trabalhistas e tributárias	122.689.342	11.550.963	122.747.369	11.550.963												
Partes relacionadas	116.557	427.540	116.557	427.540												
Provisão para perda de investimento	1.947.840	1.209.449	1.947.840	1.209.449												
Provisão para demandas judiciais	3.283.291	3.283.291	3.283.291	3.283.291												
Patrimônio líquido	116.428.890	92.353.324	116.428.890	92.353.324												
Capital social	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612												
Reserva legal	3.965.630	2.389.697	3.965.630	2.389.697												
Reserva de lucros	53.286.908	30.734.823	53.286.908	30.734.823												
Ajustes acumulados de conversão	1.495.741	1.548.193	1.495.741	1.548.193												
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	116.428.890	92.353.324	116.428.890	92.353.324												
Participação dos acionistas não controladores	-	(19.975)	(19.975)	(15.302)												
Total do passivo e patrimônio líquido	592.777.821	477.409.583	592.090.554	477.456.436												
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																
1. Contexto operacional: A Progen S.A. ("Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção e de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação. A Companhia também atua no setor elétrico, prestando serviços de manutenção e construção em redes de baixa, média e alta tensão, e serviços de medição e leitura para as distribuidoras de energia elétrica. A Progen, pode, ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio. A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em doze cidades do Brasil. 1.1. Aprovação das demonstrações contábeis: A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 10 de março de 2022. 1.2. Mudança da razão social: Em 09 de abril de 2021, a Administração da Companhia em assembleia extraordinária, definiu por alterar a razão de Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. para Progen S.A. 1.3. Efeito COVID Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus, originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. Desde então a Progen vem seguindo as determinações das legislações municipais e estaduais e paralisou, pelo período exigido nas referidas leis, suas atividades nas localidades em que ocorreram determinações neste sentido. As medidas adotadas têm o intuito de zelar pela sociedade como um todo, dar continuidade à prestação de seus serviços ao público, bem como proteger os seus colaboradores e de suas controladas/concessionárias contra as ameaças da doença contagiosa COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia ("Coronavírus"). Atenta ao cenário atual e aos desdobramentos da pandemia, a Companhia vem adotando as seguintes medidas para apoiar na prevenção do Coronavírus: Escritório: • Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes desta pandemia e também para o estabelecimento de plano de retorno para o escritório; • Disponibilização de canal de Gestão Integrada de Saúde, com atendimento médico telefônico, disponível 24 horas por dia, para colaboradores e seus dependentes e esclarecimentos de dúvidas pela equipe de Saúde Ocupacional; • Implantação de Plano de Mitigação Covid-19; • Criação do canal de comunicação saude@progen.com.br para fornecer orientações e esclarecer dúvidas e monitorar casos; • Envio de orientações fornecidas por meio de informativos sobre cuidados com relação ao COVID, cuidados associados ao teletrabalho, etc.; • Criação de indicadores de casos de COVID para acompanhamento, análise e intensificação de medidas preventivas; • Isolamento domiciliar para todos os colaboradores que retornarem de viagens internacionais, mediante comunicação à equipe de Saúde Ocupacional; • Utilização de equipamentos de proteção para equipes que ainda estão atuando, seguindo todas as orientações de distanciamento e higienização recomendadas pela OMS; • Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de Saúde Ocupacional; • Suspensão de viagens nacionais e internacionais; e • Recomendação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho. Obras: • Colaboradores de grupo de risco e grávidas trabalham em regime home office; • Colaboradores gripados ou que manifestarem quaisquer sintomas, não podem comparecer ao trabalho e são orientados a voltar para casa; • Acesso à obra é realizado apenas após realização de checagem de temperatura (utilizando termômetro a laser - sem contato físico) e de inexistência de sintomas gripais; • Fornecimento de kit higiênico individual contendo: sabonete / sabão, frasco de álcool gel individual (frasco menor); • Higienização constante das ferramentas e veículos que são compartilhados; • Nos alojamentos foi realizada redistribuição de pessoas para que seja acomodada uma única pessoa por quarto, além de aumento de visitas de fiscalização e orientação aos colaboradores sobre o risco de contato; • Criação de turnos para lanches, café e almoços de 20 a 30 minutos nos refeitórios, para viabilizar o distanciamento de, no mínimo, 1,5 m entre os colaboradores; • Aumento de pontos de higienização e distribuição de álcool em gel para os colaboradores; • Manutenção dos lavatórios, vasos e chuveiros funcionando, com sabão, toalhas de papel e lixeiras à disposição sendo higienizados constantemente; • Instalação de torneiras para abastecimento de água para os copos e garrafas; • Realização das DSSMA em áreas abertas, priorizando a divulgação de informações sobre coronavírus e estendendo a orientação para familiares e amigos; • Nos locais de trabalho: espaçamento mínimo de 1,5 m entre os colaboradores, evitando contato direto; • Intensificação da comunicação de prevenção e conscientização, com produção de cartazes orientativos, utilizando sempre material oficial divulgado pela Progen. Em resposta ao impacto econômico advindo da evolução do COVID-19 no Brasil, a Companhia tomou medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e priorização dos investimentos. A Progen sempre adotou os mais elevados padrões de gestão financeira, e essa disciplina certamente foi de muita valia para enfrentar esse momento extraordinário. Dada a evolução diária do surto de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Administração da companhia está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho. A Progen segue comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa. A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados sobre os futuros desdobramentos do tema. 2. Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas. Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas: 1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte; 2. Promotora Geradora de Engenharia, S.A.P.I. DE C.V.: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial; 3. Progen Locações Ltda.: locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento e espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; 4. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.: instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica. A participação societária da Progen S.A. sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:																
<table border="1"><thead><tr><th></th><th colspan="2">Participação</th></tr><tr><th></th><th>2021</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>Direta</td><td>99%</td><td>99%</td></tr><tr><td>Indireta</td><td>80%</td><td>80%</td></tr></tbody></table>						Participação			2021	2020	Direta	99%	99%	Indireta	80%	80%
	Participação															
	2021	2020														
Direta	99%	99%														
Indireta	80%	80%														

Publicidade Legal

continuação

Ativos e passivos líquidos	Queda de		Cenário		Aumento de		ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.	28. Informações complementares:				
	31/12/2021	50%	25%	provável	25%	de 25%		Controladora		Consolidado		
CDI	(105.182.703)	(1.446.262)	(2.169.393)	(2.892.524)	(3.615.655)	(4.338.787)	Resumo de seguro por modalidade	Composição de EBTIDA:				
TJLP							Risco de construção, fornecimento ou prestação de serviços	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IJCA	(49.961.082)	(829.354)	(1.244.031)	(1.658.708)	(2.073.385)	(2.488.062)	Responsabilidade civil e danos ambientais	Resultado financeiro líquido	46.726.537	34.457.760	46.760.980	34.461.493
27. Seguros (não auditado): A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/							Saldo em 31 de dezembro de 2021	Depreciação e amortização	(18.209.696)	(13.964.711)	(18.265.624)	(14.093.572)
								EBITDA	(12.196.874)	(9.224.188)	(12.167.329)	(9.269.261)
									77.133.107	57.646.658	77.193.933	57.824.326
									CONTADORA: Lucinéia Roque Antunes - CRC 1SP 261.905/O-1			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Progen S.A. (Anteriormente denominada Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.), São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Partes relacionadas: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1 SP 223326/O-3

Medidas que desalinham carreiras de servidores tornam movimentos mais radicais, diz secretário do Tesouro

Adoção de medidas que desalinham carreiras do serviço público agrava movimentos e cria cenário mais radical, disse o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, em meio ao aumento de pressões por reajustes para o funcionalismo após indicação do presidente Jair Bolsonaro de que concederia aumento apenas a servidores da segurança pública.

Em entrevista à imprensa para apresentar dados fiscais do governo nesta quarta-feira, Valle disse que é necessário encontrar uma solução que não crie desalinhamento entre as carreiras.

"A experiência mostra que sempre que você toma uma medida em que uma car-

reira é mais beneficiada que a outra, o movimento tende a se agravar, não sei se a palavra é muito forte, mas tende a ficar mais radical", disse.

O secretário explicou que o governo trabalha com prazo para tomar uma decisão nessa área até o final de junho, limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para aumentos que, no máximo, reponham a perda inflacionária. Reajustes acima da inflação só podem ser concedidos até início de abril, plano que não está no radar da equipe econômica.

Valle ressaltou que o Orçamento de 2022 prevê 1,7 bilhão de reais para reajustes e que gastos adicionais precisarão ser compensados diante da limitação nas contas do

governo. O valor foi inicialmente separado, a pedido de Bolsonaro, para carreiras da segurança, mas depois o governo passou a tratar a destinação da verba como indefinida.

Nos últimos dias, foi intensificado o movimento de carreiras do serviço público, já com indicação de greve em parte das categorias. Entre os órgãos afetados estão Receita Federal, Secretaria de Orçamento Federal, Tesouro Nacional e Banco Central.

Os servidores do BC, por exemplo, já aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira. No Tesouro, haverá paralisações na sexta e na próxima terça, além de deliberação sobre eventual adoção de greve.

Segundo o secretário, o Tesouro tem um plano de contingência para garantir a prestação de serviços essenciais em caso de agravamento do movimento.

COMBUSTÍVEIS:

Na entrevista, Valle também afirmou que a troca de comando na Petrobras não alterou a posição do Ministério da Economia sobre a adoção de medidas para amortecer preços de combustíveis.

O secretário afirmou que ações já foram adotadas pelo governo, como a redução de PIS/Cofins sobre diesel, ressaltando que o mercado internacional apresentou melhora nas últimas semanas. Por isso, seria necessário aguardar para avaliar novas medidas, evitando gastos ex-

cessivos.

Para sustentar esses argumentos, Valle disse que a recente valorização do real impacta positivamente o preço dos combustíveis. Ressaltou ainda que a cotação do petróleo no mercado internacional teve ligeira estabilização nos últimos dias.

Indicado pelo governo para presidir a estatal, Adriano Pires já se posicionou a favor da criação de um fundo para estabilizar preços de combustíveis na bomba em períodos de alta volatilidade. A equipe econômica é fortemente contra a ideia.

Reuters

VHC, da CVC, anuncia expansão para Serra Gaúcha e novos destinos nos EUA

A VHC, empresa de locação e administração de residências da CVC, anunciou nesta quarta-feira uma expansão doméstica das operações para a Serra Gaúcha e, nos Estados Unidos, para alguns destinos incluindo o Alabama.

A empresa está amplian-

do a equipe na Serra Gaúcha, após a locação de casa de temporada mostrar crescimento em Gramado (RS), segundo Yuri Saiovic, diretor regional de expansão para América Latina da VHC, em comunicado.

A empresa busca parceiros estratégicos e incorporadores em outros destinos,

como no Estado do Alagoas e outras regiões da região Nordeste, de acordo com ele.

Nos Estados Unidos, a companhia, que atualmente opera em cidades como Orlando e Miami, na Flórida, chega ao que classifica como "destinos de férias mais regionais dentro do país, como Alabama, Texas e Geórgia",

diz o comunicado. A empresa afirma que já lançou operações em Gulf Shores e Orange Beach, no Alabama, em janeiro.

Não estão detalhadas as cidades que fazem parte dos novos destinos nos EUA.

A CVC adquiriu o restante da VHC (antes detinha 69%) em agosto de 2021.

Além da locação, a unidade administra propriedades e possui mais de 300 residências cadastradas no Brasil, EUA e República Dominicana. A VHC utiliza inclusive canais como o Airbnb e o Booking.com para distribuição.

Reuters

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

... continuação

opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles

MNLT S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações

e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de março de 2022.

Ernst & Young
Audítores Independentes S.S. CRC-2SP 034.519/O-6
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP 241.544/O-0

EY

Maiores bancos da China sinalizam tempos difíceis pela frente

Cinco dos maiores bancos da China disseram que os credores do país enfrentarão vários desafios este ano, incluindo a pandemia, a política global e a turbulência doméstica no setor imobiliário.

Nesta quarta-feira, o maior banco do mundo, Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), e o Banco Agrícola da China (AgBank) alertaram em seus relatórios

anuais que a China enfrenta “encolhimento da demanda, interrupção da oferta e enfraquecimento das expectativas”.

O setor bancário está enfrentando um ambiente de negócios mais complicado e severo, disse na véspera o Banco da Construção da China (CCB), segundo maior do país em ativos.

“A epidemia global continuará, políticas de flexibi-

lização das economias desenvolvidas serão retiradas e conflitos geopolíticos se intensificarão”, disse o Banco da China (BoC) também nesta terça-feira.

Enquanto isso, o presidente do Banco de Comunicações da China (BoCom), disse na sexta-feira que será difícil para o banco entregar lucros satisfatórios em 2022.

O principal impacto das restrições contra o Covid-19

sobre os bancos será “o aumento da inadimplência entre os setores de serviços”, disse Nicholas Zhu, analista bancário da Moody’s.

O lucro líquido do ICBC aumentou 10,3%, a 348,3 bilhões de iuanes, acima das estimativas, enquanto o AgBank também superou.

O índice de inadimplência em quatro dos cinco bancos caiu, mas aumentou no BoC. No entanto, os em-

préstimos inadimplentes corporativos para o setor imobiliário aumentaram 98% no AgBank, para 28,2 bilhões de iuanes, à medida que as incorporadoras seguem atentas às rigorosas regras de dívida adotadas no ano passado. No CCB, os empréstimos imobiliários ruins aumentaram 50% no ano, para 13,5 bilhões de iuanes.

Reuters

Governo Central tem déficit de R\$ 20,619 bilhões em fevereiro

Mesmo com a arrecadação recorde de tributos federais em fevereiro, as contas do Governo Central, que reúnem Tesouro Nacional, Banco Central e INSS, registraram déficit no mês passado. A diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 20,619 bilhões no mês passado. Em fevereiro de 2021, o resultado havia sido negativo em R\$ 21,339 bilhões.

No primeiro bimestre, o governo central registrou superávit de 55,956 bilhões. A meta fiscal de 2022 admi-

te um déficit primário de até R\$ 170,5 bilhões nas contas do Governo Central. No mesmo período de 2021, o saldo havia sido negativo em R\$ 22,166 bilhões.

O desempenho em fevereiro ficou dentro do intervalo das expectativas do mercado financeiro, que eram de resultado negativo de R\$ 30,769 bilhões a R\$ 3,010 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. A mediana era negativa em R\$ 16,20 bilhões.

Em fevereiro, as receitas tiveram alta real de 14,8% em relação ao mesmo mês do

ano anterior. Já as despesas subiram 6,5%, já descontada a inflação.

No ano, as receitas subiram 16,5% em relação aos dois primeiros meses de 2021, enquanto as despesas aumentaram 4,4% na mesma comparação.

Devido ao movimento dos servidores do Tesouro Nacional, o órgão deixou de publicar nesta quarta-feira o Boletim do RTN, que traz os dados completos, e a planilha com a série histórica corrigida pela inflação, o que impede a comparação do saldo de fevereiro com o de anos an-

teriores.

Composição:

As contas do Tesouro Nacional – incluindo o Banco Central – registraram um déficit primário de R\$ 1,427 bilhão em fevereiro, de acordo com dados divulgados há pouco pelo Tesouro. No primeiro bimestre, o valor ficou positivo em R\$ 91,222 bilhões.

Já o resultado do INSS foi um déficit de R\$ 19,319 bilhões no mês passado. No ano, acumula déficit de R\$ 35,329 bilhões. As contas apenas do Banco Central tiveram superávit de R\$ 127

milhões em fevereiro e de R\$ 63 milhões no primeiro bimestre.

Teto de gastos:

As despesas sujeitas ao teto de gastos subiram 12,9% até fevereiro, segundo o Tesouro Nacional. Pela regra do teto vigente, o limite de crescimento das despesas para este ano é de 15,2%.

A PEC dos Precatórios aprovada no ano passado alterou a metodologia de cálculo do teto de gastos, passando a usar a inflação de fevereiro a fevereiro como balizador do limite de despesas a partir deste ano.

Reuters

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Correção: PicPay passa a oferecer seguros para transações após roubo de celular



A nota enviada na terça-feira, 29, continha uma imprecisão no título. O seguro citado protege transações feitas sob coação ou roubo do celular, como já informava o texto, e não proteção a roubo de celular. Segue a nota com o título correto:

A carteira digital PicPay lançou na segunda-feira, 28, uma plataforma de seguros, entrando para o grupo de fintechs que apostam em produtos do setor para ampliar a fidelidade dos clientes. Nessa estreia, a empresa oferece o PicPay Seguro Carteira Digital, que protege transações feitas sob coação ou roubo do celular.

O seguro tem preços a partir de R\$ 4,90, e foi criado em parceria com a Kovr Seguradora. A proteção inclui transações feitas através do Pix, pagamentos, transferências, recargas e saques feitos

sob coação ou após o roubo do telefone dos usuários.

É possível ainda ampliar a cobertura para compras não reconhecidas no PicPay Card ou cartões de outras instituições após perda ou roubo, desde que eles estejam cadastrados e validados no aplicativo da empresa.

Outra proteção disponível é contra transações após roubo de informações pessoais ou invasão de conta causada por cliques em mensagens e links suspeitos. Neste caso, também há o monitoramento dos dados do usuário contra ataques e fraudes digitais. Em todos os casos, a cobertura abrange valores até R\$ 5.000.

“Com o Seguro Carteira Digital, o usuário contará com uma proteção extra e coberturas inovadoras no mercado para ter ainda mais tranquilidade para resolver toda a vida financeira com o PicPay”, diz Frederico Tre-

visan, executivo à frente do marketplace financeiro do PicPay.

Seguros contra fraudes digitais e transações feitas após coação ou roubo têm se tornado mais comuns, especialmente após o advento do Pix, que teve como efeito colateral uma série de golpes envolvendo a ferramenta. Em paralelo, o avanço das compras digitais tem feito com que bancos e seguradoras estendam seus antigos seguros de transação para operações realizadas no ambiente online.

No PicPay, a oferta de seguros se junta a outros produtos e serviços financeiros no marketplace da plataforma, como crédito pessoal, cartão e clube de empréstimos. A carteira digital, parte do grupo J&F, aposta na ampliação de sua plataforma para atrair usuários e aumentar seu engajamento.

Isto é Dinheiro

Porto de Santos pode ir a leilão em novembro, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou nesta quarta-feira que o leilão de privatização do Porto de Santos, o maior da América Latina, poderá ser realizado em novembro, se não houver atrasos nas próximas etapas de preparação.

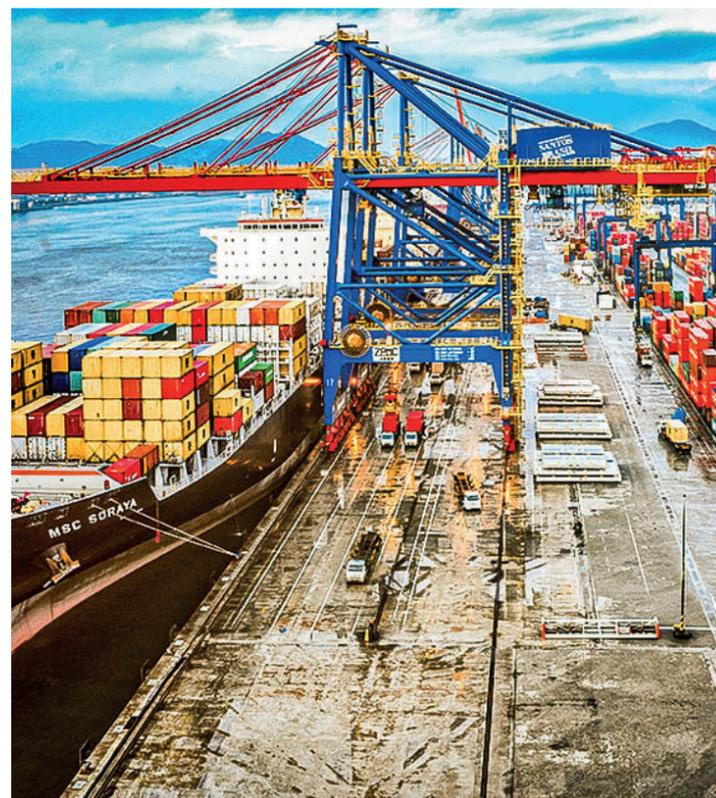
A previsão veio após o primeiro leilão portuário da história do Brasil, o da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que operado os portos de Vitória e Barra do Riacho. O certame teve dois interessados e foi venci-

do por fundo da Quadra Capital, com lance de 106 milhões de reais em outorga.

“O Porto de Santos é prioridade e temos condição de realizar o leilão em novembro”, disse Freitas.

“Santos concluiu consulta pública, (o porto de) São Sebastião (SP) também e Itajaí (SC) ainda está em consulta... Isso significa que todos têm condições de serem leiloados este ano”, disse Freitas sobre o cronograma trabalhado pelo ministério no setor portuário.

Reuters



Qualicorp tem lucro líquido 6,7% menor em 2021: R\$ 366 milhões



A Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros – Quali (QUAL3), empresa líder na gestão de planos de saúde coletivos por adesão e empresariais do Brasil, reportou lucro líquido de R\$ 366 milhões, uma redução de 6,7% em relação a 2021.

Segundo a companhia, a queda se deve, especialmente, ao crescimento de 45% nas despesas financeiras líquidas e nas amortizações – maior alíquota efetiva de IR/CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A receita líquida da companhia foi de R\$ 2,1 bilhões em 2021, um crescimento de 3,5% em comparação com o ano anterior. O EBITDA

(lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 1,05 bilhão, 2% menor que no ano anterior, com margem EBITDA ajustada de 50,1%.

Em 2021, as receitas recorrentes de adesão cresceram 0,5%, em decorrência do crescimento no tíquete médio da carteira que compensou a queda de 1,8% na quantidade de vidas. No ano, houve incremento de 4,5% no total de custos e despesas ou de 9,6% sem ajustes ao EBITDA.

A Quali fechou 2021 com dívida líquida de R\$1,52 bilhão, um aumento de 109% em relação a 2020. O aumento do endividamento está relacionado à redução da geração de caixa livre,

ao pagamento de aquisições, recompras de ações e distribuição de dividendos.

Em 2021, a geração de caixa operacional da companhia, antes de aquisições, foi de R\$ 315 milhões, com queda de 53% em relação a 2020, sobretudo devido ao maior investimento em comissionamentos e pela piora no capital de giro.

Após aquisições, o fluxo de caixa livre da Quali ficou negativo em R\$16,8 milhões. Foram distribuídos R\$749 milhões aos acionistas em 2021. Desse total, R\$ 619 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) e R\$130 milhões em recompra de ações.

Isto é Dinheiro